



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,  
REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2016**

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Cármen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da atividade municipal;**-----
- 2. Propostas da 13ª assembleia municipal de jovens;**-----
- 3. Regulamento municipal de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e da prestação de serviços – projecto – resultado da consulta pública e audiência das entidades;**-----
- 4. Regulamento municipal de trânsito do município – projecto – 2.ª alteração – resultado da consulta pública;**-----
- 5. Fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Sesimbra, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 – abertura de procedimento – concurso público.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----  
-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Maria José da Cruz Vieira Borges e Abel João Francisco Valadão;-----  
-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Manuel Barros Cardoso, Paulo Rodrigo Marquês Ruivo e Ana Paula Almeida Pinto Filipe;-----  
-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP –José Manuel Lobo da Silva;-----  
-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----  
-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----  
-----Compareceram ainda, Sara Raquel Marques Almeida Pereira, em representação do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes, e a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso.-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e duas presenças e duas ausências dos Deputados Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Joaquim José Mendes Dias, **a Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e um minutos. -----

-----Verificou-se também a presença da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, por motivo de doença. -----

-----Deu depois conhecimento que a Deputada Maria Helena Cancela dos Santos Cordeiro (CDU) solicitara a sua substituição, tendo sido convocado o Deputado Abel João Francisco Valadão. Também o Deputado Nelson Carlos Simplício Pólvora (PS) solicitara a sua substituição, tendo sido convocado o Deputado Paulo Ruivo. -----

-----A Deputada Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias (PS) solicitara a sua substituição por razões de saúde, tendo sido convocada a Deputada Ana Paula Almeida Pinto Filipe. -----

-----Os Deputados Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Joaquim José Mendes Dias não compareceram tendo justificado as suas ausências. -----

-----Informou ainda, que o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, tinha comunicado que não podia comparecer e que a substituiria Sara Raquel Marques Almeida Pereira. -----

-----A Presidente disse que antes de passar aos assuntos da Ordem de Trabalhos, gostaria de deixar à consideração dos Deputados um assunto com o tema: “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Sesimbra - Celebração de contrato de contratualização entre o Município de Sesimbra e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional” que por indicação do Sr. Presidente da Câmara, apelara à possibilidade de deliberar-se este assunto na presente sessão uma vez que se tratava de uma questão, que em tempo oportuno, seria apreciada, com a necessidade do enquadramento deste assunto na Ordem de Trabalhos.-----

-----Após votação, o assunto “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Sesimbra - Celebração de contrato de contratualização entre o Município de Sesimbra e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional” de acordo com o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro **foi integrado como o último ponto na Ordem de Trabalhos.**-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ser prática de trabalho da AMS, nos momentos em que a Assembleia tinha o privilégio de ter os jovens Deputados para apresentação das suas propostas, havendo também a necessidade de deliberar a alteração da Ordem de Trabalhos, com a passagem do ponto 2. para 1º Ponto.-----

-----Após votação, o ponto 2. Da Ordem de Trabalhos “Propostas da 13ª Assembleia Municipal de Jovens” fora alterado para o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Esclareceu que por acordo dos membros da Comissão de Líderes e considerando a extensão dos documentos com necessidade de serem deliberados hoje na AMS e a realização da sessão a meio da semana, não estando incluído na sessão o “Período de Antes da Ordem do Dia”. Apenas a apresentação de dois Votos de Pesar fizera com que tivesse sido incluído neste ponto na sessão.-----

-----A Presidente da AMS submeteu à votação as atas da AMS realizadas nos dias 14 de novembro de 2015 e de 11 de dezembro de 2015, que haviam sido enviadas, para apreciação, aos Líderes dos Grupos Municipais.-----

-----Não havendo qualquer oposição, as atas foram consideradas aprovadas por **unanimidade**.-----

-----Foi cedida a palavra ao Deputado José Guerra que fez a leitura dos seguintes Votos de Pesar subordinados aos títulos “Assassinato de Jo Cox” e “Crime homofóbico em Orlando”, que se passam a transcrever:-----

-----“**Voto de Pesar sobre o assassinato de Jo Cox**-----

-----No passado dia 16 de Junho, em plena ação de campanha, no âmbito do Referendo à permanência da Grã-Bretanha na União Europeia, a deputada britânica do Partido Trabalhista, Jo Cox, opositora do Brexit, foi barbaramente assassinada por um homem alegadamente com ligações à extrema-direita.-----

-----Assistimos ao aumento da violência perpetrada por grupos organizados ou indivíduos fanatizados, com ligações políticas a movimentos neo-fascistas e neo-nazis, e a um crescimento preocupante de movimentos políticos que promovem abertamente a xenofobia e o racismo.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio manifestar o seu pesar pelo assassinato de Jo Cox e reiterar o seu repúdio contra todas as formas de intolerância e violência.-----

-----Dar conhecimento-----

-----Câmara Municipal de Sesimbra-----

-----Assembleia e Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra-----

-----Órgãos de Comunicação Social Locais”-----

-----“**Voto de Pesar sobre o crime homofóbico em Orlando**-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No dia 12 de Junho, em Orlando, Estados Unidos da América, um indivíduo movido pelo preconceito e intolerância perante a homossexualidade, entrou armado numa discoteca, conhecida por ter um público maioritariamente de orientação homossexual, acabando por matar a tiro 49 pessoas e ferir outras 53 que aí se encontravam.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, em homenagem às vítimas desta tragédia, vem repudiar de forma veemente este crime hediondo, manifestando-se contra a homofobia e contra qualquer tipo de preconceito fundado na orientação sexual, gerador de efeitos sociais devastadores.-----

-----Dar conhecimento-----

-----Câmara Municipal de Sesimbra-----

-----Assembleia e Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra-----

-----Órgãos de Comunicação Social Locais”-----

-----Submetidos a votação os Votos de Pesar subordinados aos títulos “Assassinato de Jo Cox” e “Crime homofóbico em Orlando” foram aprovados por **unanimidade**.-----

-----Foi ainda guardado um minuto de silêncio em memória dos referenciados anteriormente.-----

-----**A Presidente da AMS** sugeriu que os Votos de Pesar fossem dados a conhecer às respetivas Embaixadas dos países.-----

-----**O Deputado Lobo da Silva** sugeriu que o Voto de Pesar referente ao crime de Orlando fosse enviado para a Associação “ILGA” - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero.-----

-----**A Presidente da AMS** questionou os Deputados se tinham alguma questão a colocar sobre o expediente, ao que estes responderam que não.-----

-----**A Presidente da AM** deu início ao “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”, mas não houve qualquer intervenção.-----

-----Foi dado início ao Ponto 1. “**Propostas da 13ª assembleia municipal de jovens**”. A Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os jovens, professores e pais presentes e dirigiu a sua palavra ao Presidente da AMJ (Simão Amigo) para fazer o enquadramento da Assembleia à qual presidira.-----

-----**O Presidente da AMJ, Simão Amigo** cumprimentou todos os presentes e disse que iria fazer o enquadramento da 13ª Edição da AMJ na qual tivera o privilégio de ter sido o Presidente. Disse que corra muito bem e que todas as propostas haviam sido aprovada por unanimidade, tendo sido proporcionado um ambiente de “fair-play” por todas as bancadas envolvidas. Disse tratar-se de um projeto muito importante do ponto de vista da cidadania, pois ensinava os jovens e dava-lhes informação sobre o que se passava na vida política do Concelho e que dava voz às ideias das Escolas.-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Fez um agradecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Sesimbra por todo o apoio dado ao longo deste trajeto. Disse ainda que o AMJ Projeto se tratara de uma ideia bastante boa que dava uma perspectiva positiva do que eram os trabalhos realizados pelos jovens e mostrou-se satisfeito por saber que todo o esforço seria implementado num futuro próximo cujo objetivo seria enaltecer a Educação dos jovens do Concelho de Sesimbra dando voz às suas ideias, pensamentos e poderem ser postos em prática na Assembleia Municipal de Jovens.-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção do Presidente da AMJ e disse que o AMJ Projeto se tratara de uma novidade introduzida nesta Edição e que acrescia à responsabilidade das Escolas e dos seus alunos, com as suas ideias e criatividade dando-lhes a oportunidade de as concretizarem ao nível das Escolas. Disse que todos os Projetos das cinco Escolas estariam a ser trabalhados para que pudessem receber a primeira parcela do seu financiamento e posteriormente, a sua conclusão no próximo ano lectivo, aquando da realização da próxima Edição da AMJ.-----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra aos representantes das Escolas que apresentaram as suas propostas exactamente pela mesma ordem de intervenção da AMJ.-----

-----Interveio a representante da **Escola Básica Integrada da Quinta do Conde, Maria Cunha** que cumprimentou todos os presentes e fez em seguida a sua apresentação:-----

-----**“Introdução:**-----

-----*O tema deste ano “Viver Sesimbra: bem-estar e equilíbrio!” vem ao encontro da promoção de condições para que os habitantes de Sesimbra vivam em pleno o seu bem-estar em equilíbrio no seu concelho.*-----

-----*Viver em equilíbrio, em harmonia e bem socialmente, faz parte da prática de uma vida feliz e saudável. Para que isso aconteça, é necessário que cada um assuma o seu papel individual de cidadão e, simultaneamente, tenha consciência do seu lado social. Assim, nós que vivemos neste concelho, é nosso dever de promover o equilíbrio entre os outros ao nosso redor, não esquecendo também a qualidade ambiental, que é um aspeto fundamental na qualidade de vida das populações.*-----

-----*Ao longo dos anos, o orçamento municipal tem refletido a preocupação com estas matérias, especialmente, quando se refere à construção de saneamento básico, no investimento significativo na melhoria e no ampliamiento da rede de abastecimento de água, na construção de espaços verdes, no reforço de equipamentos de recolha de resíduos sólidos urbanos e, não menos importante, tem apostado muito na formação dos cidadãos e na divulgação do que de melhor existe neste concelho. No entanto, há ainda muito a fazer e, só com a ajuda de todos, poderemos melhorar ainda mais a qualidade de vida do*

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

nosso concelho.-----

-----A nossa proposta deste ano direciona-se para a vertente social e cultural, pois, na opinião da nossa bancada, é um aspeto a apostar e a melhorar. É muito importante que percebamos, desde cedo, que temos que aprender a viver com a diversidade. Para isso, devemos aceitar as diferenças sociais, etárias e culturais do nosso concelho, convivendo com pessoas, partilhando ideias, conhecendo hábitos e apreciando as diferentes características das diversas culturas. Pensamos que, só assim, poderemos proporcionar a inclusão de todos na comunidade onde vivemos e que, só nesta linha de atuação, poderemos viver num sistema equilibrado.-----

----- Atendendo a estas ideias, a nossa escola desenvolveu as propostas que se seguem para melhorar o bem-estar e o equilíbrio do nosso concelho em termos sociais e culturais. O nosso lema será: “Todos temos algo a partilhar...”-----

----- **Propostas para debate:**-----

-----**Desafios geracionais:**-----

-----**Atividades de Lazer:**-----

-----**Festas Temáticas e Convívios entre gerações:** atividades concebidas para pessoas de diversas idades em que se misturam/partilham gostos e sabores.-----

-----Festa “Desafio das Gerações dos 0 aos 80 anos”;-----

-----Festas/Convívios Temáticos no Parque da Vila:-----

-----“O Dia dos Avós”;-----

-----“O Dia do Pai”;-----

-----“O Dia da Mãe”;-----

-----“O Dia da Criança”;-----

-----Realização de Convívios Gastronómicos e de Bailes no Parque da Vila;-----

-----Exposição de Filmes ao ar livre: filmes portugueses e memórias/documentários sobre o concelho de Sesimbra;-----

-----Encontro de Ranchos Folclóricos, de Bandas Filarmónicas, de Bandas de Rock...-----

----- **Atividades Desportivas entre gerações:** atividades em que três gerações partilham desporto, cultura e convívio.-----

-----“Caminhadas das três gerações” pelo concelho.-----

-----**Atividades de Intercâmbio etário:**-----

-----**Recuperação de Tradições:**-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Jogos Tradicionais: publicação de um livro sobre os Jogos Tradicionais de Sesimbra (Projeto da nossa escola);*-----

----- *Contos Populares/Canções antigas/Cegadas em que os de mais idade dão a conhecer/partilham com os mais novos ou vice-versa;*-----

-----*Intercâmbio de atividades: Formação/Palestras/Workshops/Atividades Lúdicas e Culturais entre as diversas faixas etárias nas várias escolas do concelho com a parceria de Coletividades, de Associações, do Centro Comunitário, de Instituições Autárquicas, de outras Instituições Desportivas e familiares dos alunos...* **Atividades de promoção de Ajuda/voluntariado**

----- *Aproveitamento da “SpotJovem”/Secção de Voluntariado da Câmara Municipal para:*-----

-----*criação de uma vertente de Acompanhamento Jovem a pessoas idosas com prestação de serviços em casa ou no exterior;*-----

-----*criação de uma vertente em que adultos/jovens voluntários ajudam jovens de risco, com distúrbios alimentares, com problemas de integração ou de outra ordem;*-----

-----*Aproveitamento de instituições de animais já existentes no concelho para:*-----

----- *angariação de donativos;*-----

----- *promoção do voluntariado jovem.*-----

-----**Desafios multiculturais:**-----

-----*Encontros Interculturais de pessoas de nacionalidades diferentes em que se promove/partilha tradições: literatura, gastronomia, danças, canções dos diversos países;*-----

-----*Concurso de Talentos, de Bandas, de Culinária, de vários tipos de Arte (pintura, escultura,graffitti...) e Concertos solidários;*-----

----- *Criação do Jogo de tabuleiro “Descobre SESIMBRA”, usando o concelho de Sesimbra como temática. A Presidente da AMS agradeceu a intervenção da representante da EBIQC e realçou que a proposta desta Escola para o Projeto seria a publicação de um livro sobre jogos tradicionais de Sesimbra.*

-----*Foi cedida a palavra à representante da Escola 2,3/S Michel Giacometti, Inês Ferradeira que cumprimentou todos os presentes e em seguida a apresentou a sua proposta:*-----

-----*“Introdução:*-----

----- *Bem-estar e equilíbrio conduz-nos a diferentes aspetos da vida humana. Numa primeira reflexão sobre o assunto, podemos ser levados a pensar em questões relacionadas com saúde e com a alimentação. No entanto o crescente interesse pelo culto do corpo e da mente, eleva o nosso tema de hoje a patamares nunca antes observados.*-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *A procura de experiencias únicas e adequadas à vontade de cada um, em dimensões que vão desde o lazer simples, à ocupação dos tempos livres à saúde, ao usufruto de locais com arquitetura e meio envolvente diferenciadores, apresentam um potencial de crescimento muito significativo de atividades relacionadas com o Bem-estar e Equilíbrio.* -----

----- *Em Sesimbra a existência de uma grande diversidade de elementos arquitetónicos, naturais e infra-estruturais configuram um potencial de crescimento nesta área, a nível local, nacional e até internacional.*-----

-----*Propostas para debate:*-----

-----*1. Disponibilizar um nutricionista para promover consultas nos diferentes agrupamentos escolares do concelho.*-----

-----*2. Implementar um sistema de atividade física direcionado à terceira idade.*-----

-----*3. Organizar um concurso do tipo “Masterchef” em todas os agrupamentos do concelho, promovendo-se uma final municipal.*-----

-----*4. Promover uma corrida (pelo bem estar), na praia de Sesimbra.*-----

-----*5. Dinamizar passeios de bicicletas para a população, tendo como destino o cabo Espichel.*-----

-----*6. Desenvolver hortas urbanas na Quinta do Conde.”*-----

-----*A Presidente da AMS referiu que esta proposta tinha sido aprovada para o desenvolvimento da sua área musical.*-----

-----*Foi cedida a palavra à representante da Escola Básica Integrada da Boa Água, Inês Carrapito que cumprimentou todos os presentes e apresentou a seguinte proposta:*-----

----- **Introdução:**-----

-----*De acordo com o tema da 13ª Assembleia Municipal de Jovens fomos convidados a refletir sobre a necessidade de vivenciar o município de forma equilibrada e numa perspetiva de bem-estar.*-----

-----*Considerando que os indivíduos valorizam cada vez mais a necessidade de cuidar da saúde de forma integral, e que segundo a definição da “Organização Mundial de Saúde” (OMS), saúde é “o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de afeções e enfermidades”, os autarcas necessitam pois refletir sobre o efeito da sua gestão nesta vertente da vida dos munícipes.*-----

-----*Assim, além da atenção com as questões físicas, também se mostra fundamental a manutenção da saúde mental e emocional, como qualidade de vida. O controle do stress, o equilíbrio emocional, a aprendizagem de novos comportamentos, a resolução de problemas ou dificuldades quotidianas, a necessidade de encontrar uma vida mais prazerosa e funcional, representam para todos nós VIVER com*

Ata nº31 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

**SAÚDE.** *A bancada do Agrupamento de Escolas da Boa Água considera assim que a atividade do município deve revelar-se diferenciadora e impulsionadora do Equilíbrio e Bem-estar de todos os seus munícipes, quer pela criação de algumas infraestruturas quer pelo desenvolvimento de projetos que visem o bem estar e satisfação geral da população.*-----

-----*E com base nesta visão alargada de bem estar, as nossas propostas focam-se em três eixos fundamentais: a promoção de atividades ao ar livre, o desenvolvimento de atividades artísticas e a promoção do voluntariado. Sendo que a intervenção dos jovens do concelho são aqui considerados o denominador comum de todas as propostas.*-----

-----*E assim, apresentamos para debate na 13ª edição da Assembleia Municipal de Jovens as seguintes propostas.*-----

-----**Propostas para debate:**-----

----- *- Criação de uma ecovia, interligando a nível local diferentes áreas de interesse ambiental.*----

----- *Criação da ZimbrOficina. Oficina para manutenção de Bicicletas/Skates/trotinetes, com base no voluntariado de munícipes.*-----

----- *Projeto “Can Pex’ Help You?” - jovens voluntários que prestam apoio/informação em Sesimbra durante os meses de maior fluxo turístico*-----

----- *Criação do Concurso de “Arte Urbana Jovem”, visando a apresentação e desenvolvimento de projetos de Arte Urbana a implementar em espaços do município (proposta para implementação-*

**1000€)**- A jovem Inês Carrapito despediu-se da AMJ e AMS dizendo que lamentavelmente este Projeto terminaria para si, uma vez que iria ingressar no 10º ano.-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu o Contributo e realçou que o Projeto apresentado por esta Escola relacionava-se com uma exposição/concurso de arte urbana e vez votos para que a Inês participasse não ativamente mas de uma forma indireta neste projeto.-----

-----Foi cedida a palavra à **representante da Escola Secundária de Sampaio, Catarina Amigo** que fez a leitura da proposta deste Agrupamento:-----

----- **“INTRODUÇÃO**-----

-----*A temática da 13ª edição da Assembleia Municipal de Jovens centra-se no bem-estar e equilíbrio em Sesimbra. Instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde propõem como objetivo primordial de todos os povos promover o bem-estar físico, mental e social, e a República Portuguesa, aquando da criação do Serviço Nacional de Saúde, pretendia promover o estilo de vida saudável e desenvolver uma política de cuidados de saúde para todos os Portugueses.*-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Todas as pessoas buscam a felicidade e a plena realização em todos os aspetos da vida, particularmente no que diz respeito à vida pessoal, daí a necessidade de levar uma vida saudável, equilibrada e tranquila.*-----

-----*Consideramos que as autoridades políticas, mesmo a nível local, devem contribuir para a promoção das denominadas «oito áreas da saúde» - física, espiritual, intelectual, familiar, profissional, financeira, social e ecológica.*-----

-----*Enquanto jovens empenhados na valorização do concelho em que vivemos e nos preparamos para a vida, achamos que também temos um importante papel de promoção do equilíbrio e bem-estar na nossa terra. Para isso, após a reflexão que fizemos, apresentamos à 13ª edição da Assembleia Municipal de Jovens um conjunto de propostas que consideramos serem adequadas à melhoria da qualidade de vida em Sesimbra.*-----

### **PROPOSTAS PARA DEBATE:**-----

-----*Fomentar o apoio ao domicílio através da criação de uma projeto de voluntariado para acompanhamento de pessoas com dificuldades de mobilidade.*-----

-----*Organizar uma Feira da Saúde.*-----

-----*Organizar uma prova de triatlo.*-----

-----*Colocar dispositivos para estacionamento de bicicletas em vários locais do concelho.*-----

-----*Disponibilizar equipamentos desportivos, e com isto fomentar a prática de desporto ao ar livre (proposta para concretização com ficha em anexo).*-----

-----*Promover, junto das escolas (e não só), hábitos alimentares saudáveis e nutritivos.*-----

-----*Promover a limpeza de praias assiduamente.*-----

-----*Realizar uma ação de sensibilização ambiental na marginal de Sesimbra.*-----

-----*Colocar sacos do lixo no porto de Sesimbra com vista à diminuição da poluição feita pelas embarcações.*-----

-----*Criar um Newsletter com a finalidade de informar os munícipes das atividades desenvolvidas pela CMS.*” **A Presidente da AMS** realçou que o projeto desta Escola seria a colocação de equipamentos no espaço exterior para a melhoria da prestação física dos alunos.-----

-----**Uma vez que não esteve presente nenhum representante da Escola 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho, a Presidente da AMS** fez a leitura da proposta desta Escola:-----

-----*“A 13.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens de Sesimbra, cujo tema é **“Viver Sesimbra: Bem-estar e Equilíbrio”** Transformou-se numa enorme responsabilidade para nós, porque consideramos o*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*bem-estar e o equilíbrio, aspetos fundamentais da vida humana e nós, como jovens e aprendizes, temos o direito de fruir uma vida equilibrada, mas também o dever de contribuir para que esta seja plena de bem-estar, não só na escola, mas também na nossa comunidade. -----*

*-----O nosso Agrupamento de Escolas tem tido sempre uma enorme preocupação com o bem-estar e equilíbrio da vida de toda a comunidade educativa e tem, em parceria com o Centro de Saúde de Sesimbra e outras entidades, desenvolvido atividades e projetos ligados à saúde, ao desporto e à cultura, que muito têm ajudado na compreensão da importância desses aspetos, na nossa vida.-----*

*-----No entanto, como não é só a saúde física que importa, para alcançar o tão desejado equilíbrio, também têm sido desenvolvidos projetos, que pela sua dimensão formativa e lúdica muito têm contribuído para o equilíbrio intelectual dos alunos e têm permitido pôr em prática momentos de cidadania ativa, verdadeiramente, fundamentais para as aprendizagens.-----*

*-----Como exemplos destes projetos posso destacar a participação da Escola, no Parlamento dos Jovens – Edição de 2016, cujo tema para o ensino básico é “Racismo, Preconceito e Discriminação” e a Assembleia Municipal de Jovens, que muito tem contribuído para as aprendizagens relativas à formação cívica dos alunos e que posso garantir-vos ter tido um papel fundamental no sucesso que alcançámos no Parlamento dos Jovens, dada a experiência adquirida ao longo dos anos de participação.-----*

*-----**Propostas para debate:**-----*

*-----Assim sendo, o conjunto de propostas elaboradas pela bancada da Escola 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho, cujo principal objetivo é melhorar a vida dos jovens do Concelho, ao nível do bem-estar e do equilíbrio são: -----*

*-----**Proposta 1** – Construção de um parque de skate na Vila de Sesimbra;-----*

*-----**Proposta 2** – Constituição de um órgão consultivo para a Autarquia, com 2 representantes de cada um dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, denominado “Jovens com Voz”, para dar opiniões sobre todos os assuntos relacionados com a vida dos jovens. -----*

*----- **Proposta 3** – Promoção de palestras e concursos interescolares, sobre alimentação saudável, no Concelho; **Proposta 4** – Criação da caminhada sénior e da corrida jovem, na Vila de Sesimbra;*

*----- **Proposta 5** – Implementação do projeto “O livro viajante” para promover a leitura por toda a vila de Sesimbra e outros locais do Concelho;-----*

*-----**Proposta 6** – Realização de rastreios de saúde, trimestrais, para toda a comunidade escolar, com a parceria do Centro de Saúde, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de saúde.” -----*

*-----**A Presidente da AMS** agradeceu a contribuição e apoio de todas as Escolas e devolveu o*

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

entusiasmo na concretização dos cinco Projetos e questionou se algum dos Deputados queria intervir relativamente a esta matéria.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Bancada do Grupo Municipal do PS saudava a continuidade de mais uma realização da AMJ e enalteceu a disponibilidade e empenho dos intervenientes que suportaram este encontro político anual com a colaboração para que se mante-se acesa a chama do interesse em despertar os mais jovens em matéria política e em particular na política local.-----

-----Disse que este Projeto permitia uma maior abertura e auto-iniciativa dos intervenientes e que talvez num futuro próximo estivessem em condições de assegurar a iniciativa para a vida política.-----

-----Felicitou a AMS pela iniciativa e continuidade do Projeto.-----

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que cumprimentou todos os presentes e em nome do GM MSU disse que a AMJ era um bom exemplo daquilo que deveria ser um bom exercício da Cidadania e que os jovens se deviam consciencializar dos principais problemas da comunidade onde viviam. Disse que esta iniciativa rompia com a tradição dos jovens estarem apartados da realidade, especialmente no Concelho de Sesimbra.-----

-----Fez votos para que as próximas edições da AMJ fossem ainda melhores do que a 13ª Edição pois existiam condições para melhorar e disse crer que tanto a AMS como a CMS, os professores, alunos e as Escolas, com toda a certeza encontrariam formas de promoção da melhoria desejada que beneficiaria todos em prole da Cidadania.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que anos após ano a farsa subia e que após 13 anos de Edição encontrara temáticas de grande interesse. Felicitou e agradeceu a todos os participantes o trabalho desenvolvido.-----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que disse que o Grupo Municipal do BE saudava e congratulava-se pelo Projeto que alunos e professores das Escolas ao longo dos anos tinham conseguido melhorar e que futuramente se melhorasse ainda mais para que fossem postos em prática.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e em seu nome pessoal e da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata de Sesimbra endereçou as sinceras melhoras ao Senhor Presidente da CMS.-----

-----Disse que as Assembleias Municipais de Jovens eram como o vinho do Porto, pois quatos mais anos tinham, melhor estavam e que esta Edição fora prova disso, em que mais uma vez se estivera perante boas propostas com uma participação bastante elevada dos jovens do Concelho. Daí dizer-se que

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

existia massa humana para defender o Concelho de Sesimbra, não só os autarcas mas também os jovens que estavam nas escolas e que certamente teriam um percurso idêntico ao que todos haviam tido para um dia poderem vir a defender o seu Concelho. Por isso esperava que as propostas apresentadas tivessem um bom acolhimento por parte da CMS.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Presidente da Junta de Freguesia de Santiago** que cumprimentou todos os presentes e disse que este havia sido um trabalho de toda uma equipa não podendo ser esquecido o trabalho voluntário dos Professores e que no produto final tinha todo o valor e contributo para a sociedade. Sugeriu ainda a possibilidade de, se tal fosse entendido, que as Juntas de Freguesia recebessem escolas que não pertencessem à sua freguesia no “Dia do Eleito”, uma vez que seria mais enriquecedor para as crianças visitarem outras freguesias, já que a maior parte das crianças participava no Projeto com um conhecimento realista da sua freguesia.-----

-----Esta situação permitiria às crianças terem outro conhecimento do Concelho para apresentação de propostas. Referiu outro assunto que a entristecia, relacionado com a Educação que era o Concurso “As Cores da Cidadania”, pois existiam muitas crianças do 1º e 2º ciclo que não participavam porque a existência do Projeto não lhes era dada a conhecer. Disse ter conhecimento da vontade de muitas crianças em participar, que muitas vezes conseguiam surpreender pelo seu talento mas que não tinham oportunidade de o partilhar e que o Projeto deveria ser mais acarinhado por parte do pessoal docente. -

-----**A Presidente da AMS** disse que sempre havia defendido que este Projeto deveria ter três características fundamentais na sua essência, a primeira que para a revitalização de um processo, qualquer que fosse, teria de ser realimentado e para que tal acontecesse teria de haver alguma novidade, diferença e outro estímulo que não fosse sempre igual. Era necessário que se tornasse um processo motivador. A segunda característica seria a compreensão de que tratando-se de um projeto com muito boa prática, existia uma péssima visibilidade da comunicação social passando muitas vezes pelas questões relevantes da vida enquanto cidadãos na comunidade, e que era tido como uma obrigação e não uma valorização, entristecendo os seus intervenientes.-----

-----Para terminar, disse que este Projeto tinha de continuar a ser caracterizado pela formação de cidadãos e pelo incentivo para que os jovens se sentissem responsabilizados mas que não tivessem o objectivo concreto de ter uma participação forçada num contexto político-partidário. Seria fundamental que tivessem uma obrigação de participação cívica e uma consciência social daquilo que seria o dia de amanhã em termos de responsabilidade e conhecimento.-----

-----Salientou que com estes três pontos seria importante caminhar para a 14ª Edição da AMJ que no

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

próximo ano decorreria na Freguesia da Quinta do Conde. Disse que houvera a perceção de pontos menos positivos e que a próxima reunião de avaliação seria feita com professores e que certamente seriam encontradas questões que todos os anos eram avivadas e lembradas no sentido da sua reapreciação para melhorar na próxima Edição.-----

-----**A Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra** cumprimentou todos os presentes e elogiou os jovens intervenientes da AMJ, dizendo que haviam realizado um trabalho de mérito revelando que estavam atentos às necessidades e características do Concelho de Sesimbra. Disse ser surpreendente perceber que a maioria das propostas feitas todos os anos era exequível e que iam ao encontro das preocupações e dinâmica que a Autarquia implantara no terreno sobretudo ao nível das boas práticas da Saúde, Projetos inter-geracionais, ao nível do Projeto “Mexete” que ajudava a prevenir em termos de comportamentos alimentares. Referiu que havia um conjunto de reivindicações colocadas ano após ano ao qual a CMS não era indiferente e que estaria sempre disponível para, juntamente com as propostas e condições financeiras e logísticas, que o contributo dos jovens fosse efectivo para tornar Sesimbra um Concelho mais saudável e humanista onde cada vez mais as famílias sentissem orgulho em viver.-----

-----Disse que esperava encontrar os jovens não só na próxima Edição mas no dia-a-dia porque a CMS queria construir o trabalho proposto hoje que era feito diariamente, por vezes de forma mais despercebida e anónima mas que trabalhando seria possível construir uma Sesimbra cada vez melhor. --

-----**A Presidente da AMS** disse que as propostas iriam ser votadas de uma forma global e que deveriam funcionar como Recomendação à CMS no sentido de as apreciar e o seu enquadramento no pacote de Projetos da Autarquia para que as pudesse desenvolver. -----

-----Após votação, a Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade e aclamação**, após a leitura das propostas pelos líderes de bancada das escolas participantes, recomendar à Câmara que considerasse as Propostas aprovadas na 13ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central fora **“Viver Sesimbra: Bem-estar e Equilíbrio!”** e que analisasse a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2017. --

-----A Presidente da AMS deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, **“Apreciação da Atividade Municipal”**. -----

-----**A Vice-Presidente da CMS** disse que devido a ser véspera de um dia de trabalho e à complexidade de alguns assuntos, as questões poderiam ser colocadas pelos Deputados e a mesma os esclareceria em seguida. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que agradeceu à Vice-Presidente da CMS

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

o facto de ter dispensado da sua intervenção porque assim os Deputados teriam mais tempo para poderem colocar as suas questões. -----

-----Relativamente à atividade enviada pelos serviços questionou se tinha corrido tudo bem na reunião para afetação do Edifício da Rua Aníbal Esmoriz ao “POR 2020”. Questionou as perspetivas da CMS em relação ao Concurso de combustível que não adjudicado. -----

-----Disse que estava preocupado com a nota do absentismo no 1º trimestre do ano (de 4,4 mil horas para 7,6 mil horas em relação ao mesmo período do ano passado) e perguntou se existira alguma justificação especial para que tal tivesse acontecido. Disse que a área da limpeza, sobre a qual falaria mais adiante, era um assunto muito importante no Concelho e lhe parecia não fazer parte da atividade municipal. Perguntou o estado atual da AUGI 18 (Pinhal do General), que era bastante complexa, com problemas de administração e financeiros. -----

-----Referiu que no último Boletim Municipal estava referenciado um conjunto de ruas que iriam ser intervencionadas e questionou se a rua junto ao Hotel “Sana Sesimbra” estava incluída nesse lote.-----

-----Abordou ainda a questão da Feira Festa e disse que do seu ponto de vista deveria constar na atividade municipal a relação custo/benefício em termos do programa apresentado, o que causara algum desagrado pois a qualidade do programa não correspondera ao investimento realizado pela Autarquia, ainda que a Assembleia Municipal não tivesse a competência de intervir na escolha dos artistas.-----

-----Ainda relativamente à Quinta do Conde disse que um dos “emblemas” da CMS na Feira Festa fora uma eventual construção/projeto de uma escola com a inclusão de um equipamento cultural e que supusera estar relacionado com um protocolo tripartido incluindo a empresa “Xavier de Lima” e o Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2. Questionou o ponto de situação e se a colectividade estava salvaguardada nesse protocolo de acordo com o que negociara. -----

-----Sobre a questão do Museu Marítimo felicitou uma vez mais a CMS e disse que o entristecera o facto de ver que não haviam estado presentes muitas das pessoas relacionadas com a iniciativa, nomeadamente ex-autarcas, ex-presidentes de Câmara, de Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia. Disse que a inauguração a um dia a meio da semana não fora muito propícia mas com um pequeno esforço teria sido possível a presença dessas pessoas.-----

-----Disse ainda que tinham havido queixas por parte do PROMAR – Programa Operacional Mar 2020, que financiara a obra a 50%, tal como havia sido referido e também da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra que embora tivesse estado presente, não recebera nenhum convite formal. -----

-----Fez uma referência à Rua dos Sobreiros, na Venda Nova, sobre a intervenção da CMS mas disse

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que uma nova rua a desembocar numa rotunda precisaria de nova sinalização e que a rua também deveria ser mais larga. Disse não perceber a existência de uma lomba a meio da rua não percebendo se tal se devia à passagem de um ribeiro. -----

-----Retomou a questão das limpezas e disse que estavam previstas algumas reuniões entre a Assembleia, Comissões e a Câmara sobre equipamento escolar, revisão de PDM, o Relatório do Tribunal de Contas que homologara as contas de 2011. O Deputado propôs também a realização de uma reunião sobre limpeza, lavagem e lixo devido ao Vereador ter vindo sistematicamente a dizer (e seguramente teria alguma razão no que dissera) que a CMS tivera iniciativas, fizera acções, comprara muitos equipamentos e reforçara as limpezas mas que o facto era que o ambiente geral em termos do Concelho de Sesimbra não era famoso em termos de limpeza e recolha de lixo, cortes de ervas, etc. -----

-----Referiu que existiam queixas sobre o planeamento das voltas da recolha do lixo, materiais não ensacados junto a contentores para serem recolhidos passados 4 dias, pessoas que lavavam as suas viaturas na rua, o que não poderia acontecer por se tratar de um crime ambiental, e que era necessária uma fiscalização e intervenção nestas matérias.-----

-----Salientou outras questões preocupantes, nomeadamente os passeios da marginal de Sesimbra atolados de expositores de venda, impedindo a passagem dos peões, obrigando-os a passar na estrada. Disse que os terrenos devolutos eram matos autênticos, fontes de doença e lixo, tornando-se necessário que a Câmara resolvesse esta questão para uma Concelho mais limpo.-----

-----Disse ainda que a substituição de postes eléctricos deixara alguns postes no chão junto à rotunda do “SuperSol” e que quando vira tal facto, havia questionado o Vereador Américo Gegaloto se já teria tido início a obra de urbanização do Parque Tecnológico da Carrasqueira. -----

-----Para finalizar, saudou a nomeação do Dr. Nuno Fachada, um conterrâneo, como Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, da nomeação do Engenheiro Sérgio Faias como Vogal da Administração da Doca Pesca, a Cerci pelo resultado obtido na votação *online*, Carlos Sargedas pelo Prémio obtido em Hollywood como o melhor documentário estrangeiro, os 100 Anos pela passagem das Juntas de Paróquia terem passado a Juntas Cívicas de Freguesia a 23 de junho de 1916. -----

-----Referiu ainda o acidente de viação ocorrido na Azóia e disse que não estava em causa a discussão das causas do acidente mas arranjar uma solução para resolver esse problema, fosse com limitadores de velocidade ou lombas o mais planas possível e uma maior fiscalização, competência da GNR ou outra entidade dessa área. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e

Ata nº31 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

questionou se já houvera alguma diligência por parte da Câmara Municipal na sequência da Recomendação do Grupo Municipal do MSU para a demolição das casas no caminho para o Cabo Espichel. Sobre a homologação das contas relativas ao Exercício de 2011 disse que era de lamentar os cinco anos entre o ano e a receção da homologação. Disse que o MSU sempre defendera a forma de como poderiam concretização sem um excesso de endividamento aquando da apresentação de Projetos. Fez a leitura do seguinte documento: -----

-----*“Como recomendação:-----  
-----Adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais a fim de que os orçamentos sejam alicerçados em previsões sinceras e fiáveis evitando a assunção de compromissos financeiros sem garantia efetiva de financiamento.-----*

-----*Certificar-se de que dispõe no momento de assunção do compromisso com entidades exteriores à Autarquia, de fundos e de receitas suficientes para assegurar o cumprimento tempestivo das obrigações pecuniárias emergentes de contratos de qualquer natureza e ainda que na situação de encargos vencidos a 31 de dezembro de cada ano, com mais de seis meses devem ser apresentados à Assembleia Municipal”*

----- Solicitou um esclarecimento ao Vereador José Polido que aquando da referência de *“encargos vencidos a 31 de dezembro de cada ano com mais de seis meses”* corresponderia apenas a encargos financeiros ou qualquer tipo de encargos, incluindo dívidas de terceiros e disse que o MSU tinha vindo a insistir sistematicamente na aprovação de contas para saber qual a antiguidade dos créditos de terceiros.

-----Disse congratular-se com o aumento de utentes da piscina no 1º trimestre de 2016 (915 para 1018) após conhecimento do relatório mas que, estranhamente, o valor das receitas tinha diminuído (de 38.000€ para 34.800€). Questionou se tinha havido uma alteração de preçário. Referiu ainda a avaria recente num equipamento levando à suspensão de algumas atividades.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que questionou qual o ponto de situação da pavimentação no Concelho de Sesimbra em termos de correspondência com o que fora projectado. -----

-----Disse que esta questão surgira porque lhe parecia que existiam alguns atrasos pois havia reclamações das populações sobre a situação das vias ao nível do Concelho. -----

-----Manifestou preocupação com a questão da limpeza agora que se tinha dado início ao Verão e o fluxo turístico era maior e seria importante não deixar de parte a questão da boa imagem do Concelho perante os turistas. -----

-----Mencionou a questão da estrada da Azóia e a necessidade de sinalização que era cada vez mais imposta com os acontecimentos ocorridos. Disse que era um assunto a ser reflectido e que era dever das

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Autarquias ir ao encontro das necessidades das populações e tentar agir por antecipação, sendo de lamentar que só agora esta situação estivesse a ser mais apreciada. -----

-----Referenciou o Encontro Inter-geracional de Tunas na Quinta do Conde promovido pelo Movimento Social Utopia Global e lamentou a presença de apenas 130 pessoas neste evento. Saudou a participação e apoio da CMS e registou a ausência de representantes tanto da Autarquia como da Junta de Freguesia da Quinta do Conde. Disse que seria bastante positivo que o Movimento Associativo tivesse sentido o apoio das Entidades Autárquicas através da sua presença. -----

-----Disse que estivera presente na Feira Festa e que registou a insatisfação de muitas das pessoas que por lá tinham passado face ao programa que fora apresentado, com muito pouca qualidade e questionou a Vice-Presidente se em termos de participação de população tinha sido registado algum decréscimo relativamente ao ano passado e que se tivesse sido esse o caso, deveria fazer-se uma reflexão pois a perda de qualidade desta festa não dignificaria a Freguesia da Quinta do Conde nem o Concelho de Sesimbra. Questionou ainda qual a posição que a Câmara iria toar uma vez que se falara da relação custo/benefício, uma vez que se houvera investimento num evento como este, deveria ser garantida uma maior qualidade para que houvesse mais visitantes uma vez que se tratava de um evento importante para a Freguesia da Quinta do Conde e do Concelho de Sesimbra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que tendo em consideração a realização da Assembleia a uma terça-feira, as questões que o Grupo Municipal pretendia colocar ao Executivo da CMS, prescindiria de as colocar e que o iria fazer por correio electrónico, esperando que a Vice-Presidente fosse célere a dar uma resposta. Disse que havia solicitado documentos no dia 12 de maio e que até à data ainda não tinha obtido qualquer resposta. Acrescentou que os serviços tinham de dar resposta às solicitações feitas. -----

-----A Presidente da AMS referiu que após a resposta da Vice-Presidente às questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva, as mesmas seriam do conhecimento dos restantes Deputados. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que fora lamentável o que se passara na Assembleia Municipal após o abandono das instalações por parte dos jovens depois de terem apresentado as suas propostas. -----

-----Disse que se passara um mês após a inauguração do Museu do Mar e perguntou se já tinha sido efectuado um balanço sobre as visitas realizadas a este espaço. -----

-----Relativamente ao Cabo Espichel disse que tinham sido iniciadas as obras de recuperação da “Casa da Água” mas no entanto tinham surgido notícias menos agradáveis sobre o Santuário, mais

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

precisamente sobre a intenção do Governo não entregar o Santuário à Câmara Municipal de Sesimbra mas encontrar outra alternativa. Perguntou em que ponto se encontrava esta situação.-----

-----Referiu ainda que a estrada entre a Corredoura e o Cabo Espichel era uma estrada municipal e que tinha dúvidas do ano em que fora realizada a sua requalificação e o porquê de aquando dessa requalificação e respetivas obras, não tivessem sido tomadas as devidas precauções para que o acidente que sucedera há bem pouco tempo não tivesse acontecido.-----

-----Interveio a **Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra** e relativamente ao ponto da situação sobre a afetação do edifício da Aníbal Esmoriz disse que após discussão de várias possibilidades alternativas à solução encontrada e protocolada cujo aviso já tinha saído em “Diário da República”, não fora possível porque a CMS considerara que o terreno indicado (Calvário) não seria o mais oportuno para cedência. Disse que existia outra solução que seria uma intervenção única no edifício do antigo dispensário mas que tornaria este projeto muito honoroso porque seria necessário fazê-lo crescer em altura e que os 950.000€ disponíveis no orçamento do Ministério da Saúde para custear a obra não seriam suficientes. Com base em todas estas avaliações as alternativas em estudo foram abandonadas tendo sido retomado o ponto de partida que já estaria protocolado para que não houvesse um recuo do Ministério da Saúde, com o avanço da obra no Edifício da Rua Aníbal Esmoriz e simultaneamente uma intervenção no antigo dispensário para que se conseguisse configurar todo o Projeto de Centro de Saúde e Unidade de Saúde Familiar. -----

-----Disse que os arquitetos da CMS estavam a realizar o Projeto e que assim que fosse concluído, seriam lançados os concursos especializados e posteriormente lançar a obra uma vez que a CMS assumira com o Ministério da Saúde que seria o dono da obra realizando também a fiscalização e arranjos exteriores. Disse que até ao final do ano a CMS estaria em condições para poder lançar o concurso de construção. -----

-----Relativamente às questões colocadas sobre o concurso de combustível e da limpeza disse que o Vereador José Polido esclareceria os Deputados.-----

-----Sobre a AUGI 18 disse que não existira nenhuma alteração ao que era do conhecimento da Assembleia Municipal e que a CMS estava a estudar algumas possibilidades e que tentaria marcar uma Assembleia Geral até ao final do ano, não descartando a possibilidade de vir a ser a Autarquia a assumir a responsabilidade e tomar as rédeas da situação. -----

-----Disse que as questões sobre as pavimentações ficariam ao cargo do Vereador Sérgio Marcelino.

-----Sobre a Feira Festa, uma questão transversal a todas as bancadas que falaram, disse que a

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

própria não gostara da programação deste ano e bem como da programação de alguns anos a esta parte, podendo ter sido feito um esforço para melhoria e que não fora por acaso que a CMS considerara existir alguma autonomia e dependência da Comissão de Festas porque fora eleita e geria os pavilhões lá colocados bem como a programação. Disse que este ano o último espectáculo havia sido os Coros e que não eram merecedores dessa crítica.-----

-----Disse que a CMS reconheceu que os grupos de melhor qualidade cobravam mais pela atuações, problema com o qual a Comissão de Festas lutava e que a CMS no próximo ano tentaria fazer algumas reuniões preparatórias para aconselhar a Comissão de Festas eleita no sentido de haver um melhoramento da programação. Disse que não seria uma tarefa fácil uma vez que existiam outras Comissões no Concelho de Sesimbra que tinham a liberdade de escolher os seus programas deixando pouca capacidade de influência para a Câmara.-----

-----Referiu que em termos de procedimento a Comissão de Festas da Feira Festa estava correta, e que hoje estivera apenas a falar-se de uma questão de gosto, estética e de sensibilidade musical ou rítmica. Sobre a construção da Escola Básica do Conde 2 disse que o terreno onde era pretendido fazer esta candidatura pertencia à empresa “António Xavier de Lima” com quem a Autarquia estava em negociações para que esse terreno viesse à posse da Câmara e que existia um protocolo de 2009/2010 assinado pelas três partes (AXL, CMS e o Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2) onde o António Xavier de Lima se comprometera a entregar aquele terreno não à Câmara mas ao Grupo Desportivo para que este lá pudesse fazer o seu campo de jogos e em contrapartida o Grupo Desportivo do Conde 2 libertaria o campo de jogos, onde actualmente tinha as suas instalações e que pertenciam ao António Xavier de Lima.---Disse que quando a CMS tivera a oportunidade de construir uma nova Escola através de uma candidatura na Quinta do Conde, onde eram necessárias mais salas quer de jardim-de-infância quer de 1º ciclo, tornando-se esta escola um equipamento prioritário não apenas pelas salas de aula mas também porque este Projeto teria acoplado um auditório com capacidade para 140 pessoas com autonomia em termos do funcionamento da escola permitindo que pudesse ser disponibilizado para a população da Quinta do Conde nas interrupções letivas, férias, fins-de-semana ou no período nocturno.-----

-----Foi visto que em termos da distribuição dos territórios educativos e da proximidade da malha urbana, a localização deste terreno seria o mais indicado para a construção de uma Escola tendo sido nesse sentido que a Autarquia falara com o Grupo Desportivo do Conde 2, propondo que ao vir à posse da Câmara, este terreno ficaria para a construção, com o compromisso da CMS disponibilizar para o Conde 2 outro terreno que no passado pertencera à Cruz Vermelha cuja estrutura se encontrava agora

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

em ruínas. Disse que a Direção do Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 já levava esta permuta de terrenos e de intenções à Assembleia de Sócios tendo sido aprovada e que já tinham sido realizadas reuniões com o representante do AXL para que o dito terreno pudesse ser registado em nome da CMS pois essa seria uma obrigatoriedade aquando da candidatura bem como a entrega do Projeto que já estava concluído e que teria de realizar-se até outubro deste ano.-----

-----Relativamente ao Museu Marítimo disse que a questão já tinha sido colocada pelo Vereador Américo Gegaloto na Reunião de Câmara e esclareceu que todas as Entidades referenciadas haviam sido convidadas bem como ex-autarcas exceto o ex-Presidente Amadeu Penim pela ocorrência de um erro ortográfico no envio do convite por correio electrónico.-----

-----A CMS deveria ter telefonado previamente a cada um dos convidados para garantir que tinham recebido o convite e que estariam presentes mas tal não acontecera a lista de convites era extensa e fora necessário um trabalho imenso para preparação de toda a logística e que ainda existia a questão da possibilidade da presença do Sr. Presidente da República o que daria origem a uma maior preparação não tendo assim existido a possibilidade de confirmação de presenças uma a uma.-----

-----Frisou ainda que os convites enviados para o PROMAR e APSS haviam sido enviados para os contactos que a CMS possuía e que se esses mesmos convites tivessem de ter sido enviados para outro departamentos seria um problema da própria Entidade.-----

-----Disse que o único lesado por erro da CMS fora o ex-autarca Amadeu Penim.-----

-----Sobre o acidente ocorrido na Azóia disse que o Vereador Sérgio Marcelino, na sequência de um abaixo-assinado que chegara à Câmara, já tivera oportunidade de se reunir com a população daquela localidade no último fim-de-semana não pela ocorrência mas porque já estava a ser preparada. Disse que numa das reuniões das Opções Participadas no núcleo da Azóia fora exatamente relativa à segurança na estrada. Disse que não seria fácil nem pacífico arranjar as soluções uma vez que era responsabilidade da Autarquia a garantia de que tudo corresse bem no seu território mas que neste caso se tratava de uma questão de fiscalização da GNR. Existiam placas de sinalização com os limites de velocidade e que na reunião não fora consensual entre os moradores da Azóia se seria bom o recurso à colocação de lombas.

-----Disse que o melhoramento que a CMS teria de realizar passava pelo melhoramento das bermas, para a garantia de uma circulação com mais segurança, melhorar a pintura das passadeiras e entrar em contacto com a GNR (inclusivamente iria ser marcada uma reunião com o Comando Distrital de Setúbal) porque a grande questão era a necessidade da atuação da GNR e que se a autoridade atua e autoa em tantas estradas, não se conseguia perceber o porquê de, com conhecimento da passagem de

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

motociclistas nesse local principalmente aos fins-de-semana entre as 10 e as 12 horas, a GNR não estar presente para evitar o excesso de velocidade. -----

-----Disse que havia ainda a possibilidade de criação de uma rotunda/obstáculo junto à virada para o Grupo Desportivo da Azóia para quebrar a velocidade porque era sabido que qualquer que fosse a sinalização vertical colocada, esta não seria respeitada.-----

-----Em relação à questão colocada sobre o encontro de tunas em que não estivera presente ninguém do Executivo da CMS, disse que neste momento a Autarquia tinha algumas dificuldades em poder estar presente nas várias solicitações e que a própria se encontrava de férias neste período não se lembrando de ter recebido algum convite para este evento. Disse não saber se algum dos Vereadores teria recebido convite mas que de forma alguma seria um gesto desrespeitoso para com o Movimento Associativo e que todos os elementos tinham as agendas de fim-de-semana completamente preenchidas e que certamente teriam todo o prazer em poder ter estado presente nesse Encontro.-----

-----Frisou que a presença, apoio e articulação da CMS com o Movimento Associativo era conhecido e que não fora por falta de consideração que não estivera ninguém da Autarquia presente tal como havia sido referido.-----

-----Sobre o balanço das visitas ao Museu Marítimo, a Vice-Presidente disse ainda não ter qualquer registo mas que a afluência tinha sido muita e que estava a ser preparado um relatório. Disse que acreditava no aumento das visitas uma vez que no mês de agosto a afluência de visitantes no Concelho seria maior e que já no mês de julho o horário de funcionamento do Museu Marítimo seria alterado uma vez que nos meses de Verão a procura seria maior durante a tarde e noite.-----

-----Referiu a existência de um problema com necessidade de ser gerido no próximo ano que se tratava com o facto de falta de pessoal para gerir tanta procura e visitas.-----

-----Relativamente ao Cabo Espichel disse que a informação que tinha não era agradável pois já se tornara tortuosa e flagelante para quem a vivia há tantos anos como era o seu caso e do Sr. Presidente da Câmara na tentativa de, junto da Direção Geral do Tesouro, encontrar uma solução para que o Cabo Espichel viesse à posse da CMS e dessa forma a Autarquia arranjasse financiamentos para a recuperação do Santuário. Disse que já haviam sido encontradas várias soluções mas que tinham sido abandonadas e que, inclusivamente, a última situação estava bem encaminhada e era a Direção Geral do Tesouro propor a aquisição da Ala Norte (propriedade do Estado) da no valor de 1.600.000€. A proposta apresentada à CMS fora de um compromisso da CMS para fazer uma recuperação na Ala Norte e na ALA Sul (compromisso do Estado seria a recuperação da Ala Sul para que fosse entregue à Igreja), e que fazendo a

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

subtaração aos 1.600.000€ do dinheiro que a Autarquia gastaria na recuperação das duas alas, a CMS ainda teria de pagar ao Estado 350.000€ tornando-se proprietária definitiva da Ala Norte uma vez que a Sul seria entregue à Igreja. A CMS não concordara com o valor porque considerara que 350.000€ por algo que o Estado recebera de graça e ainda ter de pagar uma obra pela qual o Estado também não gastara dinheiro algum, não configuraria um bom negócio para a Autarquia.-----

-----Disse que a CMS apresentara uma contraproposta de 120.000€ com base no mesmo estudo que o Instituto de Portugal definira por 100€ por noite quando uma pousada na Ala Norte fosse recuperada e que a Câmara pegara nos mesmos parâmetros alegando que nunca poderia ser uma pousada porque não tinha condições para o ser podendo apenas tornar-se num alojamento local.-----

-----Disse que fora comunicado à Direção Geral do Tesouro que a CMS estaria disposta em comprar a Ala Norte e assumir os encargos para recuperação total e entregar a Ala Sul ao Estado mas que a disponibilidade para pagamento não seria de 350.000€ mas de 120.000€ e que algum tempo depois havia sido recebido um telefonema do Instituto do Turismo a comunicar que o Estado Português neste momento teria outra estratégia onde estariam incluídos cerca de 30 monumentos de todo o território nacional sendo um deles o Cabo Espichel e que seria intenção do Governo em fazer uma hasta pública internacional para recessão durante um período de 30 a 50 anos para o surgimento de um promotor interessado em fazer as obras de recuperação e ficar a explorar esses mesmos monumentos. -----

-----Da parte do Instituto do Turismo fora dito à CMS que esta situação apenas teria interesse se a Igreja cedesse a parte Sul porque apenas os quartos da Ala Norte não seriam interessantes para todo o investimento de recuperação que todo o Santuário necessitava. Depois de questionada, Direção Geral do Tesouro disse que não estaria disponível nem sequer para avaliar a contraproposta da CMS considerando que a estratégia seria outra, o que mereceu algumas medidas por parte da Autarquia tendo reunido na semana passada com o Instituto do Turismo que já teriam abordado o Bispo de Setúbal que por sua vez não estaria disponível para aceitar que a Ala Sul fizesse parte da cedência.-----

-----A Vice-Presidente disse que a única garantia do IT seria que ao ser realizada esta cedência para hasta pública e caso esta ficasse deserta, o Estado comprometer-se-ia a voltar a negociar com a Câmara para a aquisição da Ala Norte por um valor razoável em janeiro do próximo ano. Disse que estes Projetos seriam lançados de forma faseada e que se a Ala Sul fosse integrada, o Cabo Espichel integraria o 1º lote em outubro. -----

-----Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que cumprimentou todos os presentes e disse que sobre a questão da Estrada 379, na Azóia, tivera uma reunião há dois dias no Grupo Desportivo da Azóia, onde

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estiveram presentes cerca de 90 pessoas e ainda o Comandante da GNR de Alfarim e um técnico da CMS cujo tema principal haviam sido a referida estrada e os perigos para os munícipes que lá viviam e também para quem circulava naquela via. -----

-----Disse que se havia chegado às conclusões que a Vice-Presidente já teria referido e salientou que a colocação de lombas não poderia ser feita na quantidade que alguns munícipes desejavam tendo até alguns afirmado que estavam contra essa colocação.-----

----- Disse ainda ter havido um reforço referente à questão do melhoramento dos passeios e das bermas e que estaria a ser realizado um estudo no âmbito do PEDU - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano do Zambujal para a Corredoura.-----

-----Relativamente às pavimentações disse que estavam com um atraso de cerca de seis meses e que a última a ser concluída tinha sido a última do Plano de 2015 (Rua do Sobreiro) e que a sinalização em falta seria feita entre a CMS e as Estradas de Portugal. Disse que iria reforçar junto das Estradas de Portugal a necessidade da sinalização da estrada. Disse que a mesma não era mais larga porque no plano de pavimentações executado pela CMS, o habitual eram 5 metros.-----

-----Disse que neste momento existiam 5 empreitadas na Freguesia do Castelo que não estavam dentro do prazo e 3 ou 4 na Quinta do Conde que estavam a ser cumpridas. -----

-----Sobre os postes junto ao “SuperSol” disse que não tinha qualquer ideia do porquê da permanência dos mesmos naquele local e que já tinha questionado a EDP o porquê mas que não obtivera qualquer resposta.-----

-----Referiu que ultimamente, a CMS tinha tido grandes dificuldades em resolver qualquer tipo de problema com a estrutura da EDP e que, inclusivamente, estava uma empreitada parada na Rua Casal da Regina devido à deslocação de um poste e que quando se realizavam estas empreitadas na Freguesia do Castelo surgiam sempre dois problemas que eram a localização das infra-estruturas de telecomunicações e eletricidade no meio da via. A acrescentar esta situação ainda existia os problemas dos muros e das cercas, sendo necessária a negociação das cedências com os munícipes.-----

-----Disse que o facto de estar a intervir naquela via levava a CMS a renovar a rede de águas colocando tubos de PVC de modo a evitar os problemas de fibrocimento como ruturas e constantes reparações. -----

-----Salientou que para colmatar este atraso de seis meses, as cinco empreitadas iriam ser lançadas em simultâneo. -----

-----Relativamente à questão da Rua Afonso Henriques disse que iria ser fresada pois tratava-se de

Ata nº31 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma necessidade prioritária, principalmente a subida junto ao Hotel.-----

-----Interveio o **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e disse que relativamente à questão do Movimento Associativo, discordava com as palavras proferidas pelo Deputado Miguel Ribeiro, pois o próprio havia feito parte deste Movimento durante oito anos e que provavelmente o município de Sesimbra era o que mais apoiava o Movimento Associativo de uma forma global. Relativamente à questão orçamental disse que só agora é que a CMS obtivera a versão do Exercício de 2011 e acrescentou que o município de Sesimbra passara por uma situação muito complicada há alguns anos atrás que felizmente fora ultrapassada e que ao contrário daquilo que o Deputado João Rodrigues falara, a CMS tinha vindo a conseguir encaixar as dívidas anteriores não agravando o défice para o ano seguinte, ou seja, o défice que passava de um ano para o outro tinha vindo a reduzir substancialmente e que a dia 31 de março de 2016 a Autarquia tinha um prazo médio de pagamento inferior a 90 dias e que o único fornecedor a quem a CMS devia faturas a mais de seis meses seria a “Águas de Lisboa e Vale do Tejo”.-----

-----Salientou que a CMS tinha vindo a cumprir os seus compromissos e que os dois empréstimos trazidos à AMS para aprovação tinham tido taxas de juro do conhecimento de todos e que relativamente ao Plano de Pavimentações, aguardava-se a aprovação de 500.000€ por parte do Tribunal de Contas mas que apesar dessa situação, já se tinham realizado seis meses de actividade. O facto de não haver aprovação fazia muitas vezes que o programado no Plano de Atividades não fosse cumprido da forma célere que todos desejariam. Eram situações alheias à própria Autarquia e a CMS não poderia forçar as Entidades a despacharem estes casos mais rapidamente.-----

-----Sobre a questão da limpeza, disse que se fosse alguém de fora da Vila e ouvisse o Deputado Manuel José Pereira, pensaria que Sesimbra fosse uma lixeira a céu aberto dadas as expressões utilizadas pelo mesmo. Disse que não se constatara o referido e que se não fora possível aplicar o Glifosato nem contratar funcionários, não existiam os meios necessários para o combate a esta situação. Disse que chovera bastante este ano e que o calor actual levava ao crescimento das ervas. Disse que ainda não se tinha terminado o corte na estrada da Azóia e já havia a necessidade de se proceder ao corte no Zambujal. Referiu ainda que os materiais precisavam de manutenção como fora o caso do trator que estivera duas semanas parado e que não houvera disponibilidade de outros tratores para o serviço, e a avaria das duas varredouras. Disse que se tratavam de factores externos à própria vontade do Serviço.--

-----Disse que discordara com algumas palavras e disse que o trabalho desenvolvido havia sido excelente para os meios disponíveis, os trabalhadores haviam sido inexecutáveis nas suas funções e que

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

muitos deles faziam mais do que a sua obrigação com disponibilidade para manter a Vila sempre limpa.-  
-----Disse ainda que, à semelhança de anos anteriores, era recolhido o lixo das papeleiras e que alguns dos comerciantes não colaboravam com tal facto. -----  
-----Disse que fora desenvolvida uma campanha de sensibilização no final do ano para o acondicionamento desses mesmos resíduos junto dos contentores e que brevemente iriam ser abertos os 3 centros para a recolha desses resíduos que iriam chamar-se “REMOVE” e que seriam instalados na Lagoa de Albufeira, na Quinta do Conde e no Zambujal.-----  
-----Salientou que, exclusivamente para a Quinta do Conde havia sido adquirida uma viatura de recolha das envolventes tendo havido uma melhoria substancial face ao passado.-----  
-----Disse que se todos estes motivos não eram trabalhar em prole da limpeza, do bem-estar dos cidadãos, criando uma imagem agradável para os visitantes da Vila, não sabia o que mais poderia vir a ser feito.--- Relativamente sobre o concurso do combustível disse que haviam concorrido duas Entidades mas que não o haviam feito de acordo com os parâmetros que a CMS decidira. Iria ser lançado um concurso em que a Autarquia iria abastecer diretamente nos postos de combustível via cartão, o que acarretava alguma logística em termos de verificação dos próprios cartões de abastecimento e que neste momento existia uma pessoa que estava permanentemente alocada ao abastecimento de combustível nas instalações na Fonte de Sesimbra. Os equipamentos lá instalados pertenciam à GALP o que colocava esta gasolinera numa situação privilegiada mas que não concorrera face ao caderno de encargos devidamente especificado por algum lapso. Neste futuro concurso iria tentar salvaguardar-se ao máximo a Autarquia e as empresas a trabalharem no Concelho de Sesimbra. -----  
-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que relativamente à questão do Cabo Espichel, disse que o PSD tivera uma envolvência enquanto o Governo fora liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho e que o pretendido não havia sido conseguido pela sobreposição da ética a outros valores. -----  
-----Disse que as palavras proferidas pela Senhora Vice-Presidente não o haviam surpreendido porque no fim-de-semana se constatara que o Cabo Espichel estivesse englobado num pacote de venda de imobiliário com interesse em termos turísticos tornando-se cada vez mais um pouco verdade porque atendendo às informações do Grupo “VisaBeira”, não poderia ser esquecido que este Grupo tinha a concessão do “Claustro do Rachador” na Ala Nascente do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e jardins envolventes por um período de 50 anos onde iria fazer um investimento de 15 milhões para a construção de uma unidade hoteleira de cinco estrelas. Afirmou que o Governo liderado pelo Partido Socialista, apoiado pelo PCP, BE e PEV tivesse essa decisão tomada de modo a anular as dívidas acumuladas. -----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que não seria de admirar que um dia fosse recebida a notícia de que o Cabo Espichel tivesse sido vendido. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que não havia sido dada resposta à questão da piscina e à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do MSU e disse ainda ao Vereador José Polido que fizera referência à homologação das contas para demonstrar que seria importante, aquando da realização de investimentos, saber como seriam pagos e que os orçamentos da CMS eram aprovados pela AMS devido ao seu cumprimento. Com a apresentação do relatório referente ao ano de 2011, houve motivos para a elaboração de uma Recomendação, pois se não houvesse necessidade, a mesma não teria sido apresentada. -----

-----Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que disse, relativamente à demolição das casas no Cabo Espichel, que ainda não tinha sido feita nenhuma diligência por parte da Câmara no seguimento da Recomendação, porque atualmente, a CMS encontrava-se em negociações com a empresa AXL sobre os terrenos na Quinta do Conde e explicou que não se tratava de um processo simples e que assim que estivesse concluído, passar-se-ia ao assunto da demolição das casas no Cabo Espichel. -----

-----Relativamente às receitas da piscina disse que houvera mais afluência mas menos receitas que se deveram a dois factores que foram o facto de haver mais utilização sem pagar como o caso das escolas e também a população Sénior no âmbito do Projeto “Sempre a Mexer”. O número crescente de utilizadores a frequentar a natação livre e que não pagavam mensalidade, pagando apenas as sessões realizadas, também contribuíram para este aumento de utentes mas redução das receitas. -----

-----À semelhança do ano passado, a CMS gostaria de poder promover, se a Assembleia assim o considerasse, a realização de uma reunião no início de Setembro para avaliação deste último ano, apesar da receção dos relatórios trimestrais de modo a fazer uma análise mais profunda dos relatórios entregues. -----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues** que disse compreender o facto de não ter havido um aumento da receita, mas que o problema fora a sua redução. -----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos: “**Regulamento municipal de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e da prestação de serviços – projeto – resultado da consulta pública e audiência das entidades**”. -----

-----Disse que neste ponto, tal como nos anteriores, e prática da Assembleia, tratara-se de uma situação remetida à respetiva Comissão da qual era Coordenador o Deputado Mendes Dias, hoje ausente por motivos de ordem profissional, e que dessa reunião onde também estivera presente o Vereador José

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Polido, havia sido feita a discussão e também a apresentação das questões inerentes às próprias alterações ao Regulamento.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que na sequência dessa reunião haviam sido colocadas várias questões devidamente esclarecidas.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse que o Grupo Municipal do PS concordara globalmente com este processo mas que tinha algumas preocupações e que iria apresentar uma Declaração de Voto onde seria referida a necessidade, não só neste como noutros pontos a falar posteriormente, de uma fiscalização efetiva por se tratar de um assunto complicado, para que não houvesse um afastamento de visitantes devido à condescendência num caso ou noutro. Era igualmente importante o aspeto de não trazer o barulho para a rua, devendo a justiça ser cega e atuar perante um e outro prevaricador de igual forma de modo a garantir o sossego, descanso e segurança de todos. Disse que o Grupo Municipal concordava com as alterações a este Regulamento.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Nuno Nabais** que cumprimentou todos os presentes e louvou a disponibilidade do Vereador em ter estado presente na reunião de Comissão e ter dado conhecimento do Regulamento atempadamente. Salientou que as alterações entroncavam no Decreto-Lei nº 10/2015 de janeiro do ano passado que colocara uma maior autonomia nos agentes económicos, implicando algum cuidado a ter em termos de fiscalização, controlo de ruído nas esplanadas, o volume da música ambiente e que que ainda assim, com os poucos recursos técnicos e humanos, teria de haver algum cuidado e acompanhamento para a conciliação da importância económica destes espaços com a atração exercida pelos mesmos e também a procura de alojamento local e bem-estar noturno do qual os turistas tinham todo o direito de usufruir.-----

-----Questionou se relativamente a épocas especiais, como as festividades dos “Santos Populares”, Carnaval e Passagem de Ano, poderia haver uma ponderação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos.-----

-----Após votação, foi deliberado, por **unanimidade**, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Sesimbra, sob proposta da Câmara Municipal.-----

-----O Grupo Municipal do PS prestou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----“O Grupo Municipal do PS concorda globalmente com a proposta de Regulamento Municipal pelo que votou favoravelmente, chamando contudo à atenção para a necessidade de uma forte ação de acompanhamento, pedagogia e fiscalização por parte da câmara, com o duplo objetivo de evitar

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*tratamentos diferentes em casos semelhantes e de garantir a defesa do direito ao descanso e à segurança dos residentes e dos moradores em locais de maior exposição aos ruídos e de potenciais desastros consequentes.”*-----

-----O Deputado Lobo da Silva informou que a bancada do PSD iria enviar a sua **Declaração de Voto** que focaria uma maior e melhor fiscalidade (não foi recepcionada qualquer Declaração de Voto). -----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao ponto seguinte: “**Regulamento municipal de trânsito do município – projeto – 2.ª alteração – resultado da consulta pública**”. -----

-----Disse que este ponto merecera a apreciação na respetiva reunião conjunta das Comissões “2” e “5” uma vez que se trataram de responsabilidades diferenciadas onde estivera presente o Vereador Sérgio Marcelino que se fez acompanhar dos Técnicos Dr. Luis Ferreira e Dra. Andreia Oliveira.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Nuno Nabais, Coordenador da Comissão “2”** (Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenação do Território) que disse que todos tinham presentes a ata da Reunião de Câmara realizada a dia 9 de junho em que fora apresentada uma segunda alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito, que tinha estado em consulta pública nos dois meses anteriores. ---

-----Referiu que na reunião conjunta o Vereador fizera questão de lembrar a razão de ser desta alteração, sobretudo a compatibilização de diferentes interesses, procuras e situações na Sede de Concelho e que ao fim de três anos, após um balanço positivo, se considerara que o cenário terrível com o pagamento do estacionamento previsto à cerca desses mesmos anos não se tinha vindo a revelar, muito pelo contrário, tendo havido uma ordenação em termos de estacionamento como nunca houvera.

-----A questão a colocar devia-se ao facto de Sesimbra ser uma Concha onde praticamente não existia espaço em termos de planície com capacidade para expansão, havendo apenas as ruas, vias que foram alvo de requalificação mas que não seria possível a criação de novos espaços de estacionamento. A reflexão da reunião foi a discussão dos espaços que iriam ser propostos para espaços mistos, a principal alteração, tendo havido alguma discussão em termos da mais-valia dessa opção vir a ser mais ou menos vantajosa sem que se tivesse chegado a uma conclusão clara, com os residentes a perderem os seus lugares e por outro lado a existência de mais lugares no Verão para os não residentes.-----

-----Disse que se tratava da possibilidade de proporcionar aos agentes da “EMPARK” uma vigilância e controlo desses espaços que até ao momento não tinham qualquer autoridade de fiscalização no espaço de residentes. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que os residentes não estariam a ser protegidos porque tinham uma área para eles reservada e interdita a terceiros. O próprio residente

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

poderia interpelar quem estivesse a estacionar a viatura, o que futuramente deixaria de acontecer. Na época alta, em termos práticos, provavelmente todos os espaços mistos passariam a ser ocupados por não residentes porque quando alguém viesse para a praia, mesmo pagando 2€ por hora, estacionará nesses lugares, acabando por tirar os lugares aos residentes que quando deveriam ser beneficiados, acabariam por ser prejudicados, nomeadamente na época alta.-----

-----Disse que o que defendera não seria apenas a passagem da zona de residentes a mistas mas também as zonas tarifadas a residentes, uma vez que ao perderem o lugar de estacionamento, não seriam compensados. Disse que o Grupo Municipal do MSU votaria contra a proposta apresentada.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que este assunto se tratava de uma matéria complexa porque tal como o Deputado Nuno Nabais dissera, a Vila de Sesimbra tinha o grave problema de querer ter mais visitantes durante o Verão mas não oferecer condições não só de estacionamento mas também de circulação e ordenamento do trânsito. -----

-----Disse que no caso do estacionamento, a fiscalização seria essencial e que compreendia os argumentos do Deputado João Rodrigues e que a última coisa que a Assembleia e a Câmara iriam querer seria a tomada de uma deliberação para criar um “pé-de-guerra” entre as pessoas. -----

-----Disse que talvez não fosse má ideia se a CMS tivesse a possibilidade de fazer uma experiência antes de alterar o Regulamento, e que poderia ser já realizada, havendo apenas uma situação que poderia ter sido acautelada com a realização de uma audiência a alguns dos interessados nesta matéria para além da consulta pública obrigatória por lei.-----

-----Se a CMS prescindisse de aplicar para já o Regulamento tal como o aprovara e optasse por aplicar a título experimental, a Assembleia não teria de se imiscuir nessa matéria e a Autarquia teria mais flexibilidade embora viesse a implicar um investimento da “EMPARK”. Disse que houvera experiências noutros locais onde a empresa concessionária também fazia a fiscalização de zonas exclusivas para moradores onde não existiam parquímetros e que em Sesimbra também deveria ser assim. Embora houvesse boas notícias da parte do Governo, que não fazia só coisas más como referira o Deputado Lobo da Silva, seria possível que a fiscalização do trânsito fosse descentralizada para as Autarquias, o que seria bom. Disse que a pior situação para uma Autarquia seria ter de resolver um problema e não ter competência para tal e que seria importante ter uma fiscalização municipal especializada nessas matérias. -----

-----Salientou que a “EMPARK” não poderia ter apenas dois funcionários para toda a área envolvida e que a CMS teria de dizer que seriam necessários mais recursos humanos conforme as necessidades para

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que não houvesse beneficiados em certas situações. -----

-----Disse que teria de ser decidido o horário para o estacionamento de não residentes nas zonas mistas e referiu que, tal como dissera na reunião conjunta, que todas as zonas da Vila com exceção das mais nobres para a “EMPARK” fossem mistas pois teria de haver condições para quem exercia actividade profissional na Vila e que o Vereador Sérgio Marcelino reconheceria que existiam muitos abusos de funcionários que residiam na Vila e traziam o automóvel para o centro da Vila mas que nesses casos a opção era de cada um. -----

-----Disse que era prioritária a necessidade de estacionamento para os residentes, para os trabalhadores e para os visitantes sendo necessário haver um equilíbrio. Apelou à CMS para reflectir se valeria a pena criar-se um imbróglio do qual depois haveria mais dificuldade em sair ou se valeria a pena aguardar um pouco mais. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que iniciou a sua intervenção com a alínea D) dos considerandos da ata da reunião da Câmara:-----

-----“Decorridos quase 3 anos da entrada em vigor do regulamento podemos fazer um balanço positivo da solução implementada, mas subsistem problemas que interessa debelar no interesse das populações e em abono da paz social.”-----

-----Disse que os problemas referidos se deviam ao facto da empresa fiscalizar apenas as zonas de parquímetro, daí a opção da criação de zonas mistas porque com a sua criação existiriam parquímetros, dando-se assim um aumento das receitas, ou seja, a CMS em vez de arranjar uma solução, “empurrará com a barriga” e que no lugar de exigir à “EMPARK” que colocasse mais pessoal a fiscalizar, optou por retirar os lugares aos munícipes e residentes depois de terem pago 10€ por um cartão de estacionamento. Feitas as contas, por 2€ à hora com 60 de lucro para a empresa, esta ganharia 1,20€ sendo o restante a favor da Câmara. -----

-----Esta medida jamais viria a defender a população nem os residentes, tratando-se de uma farsa aquando da referência ao “interesse das populações”. Disse ainda que o Vereador não saberia muito bem o que era a “paz social” porque com esta situação, os munícipes passariam a dirigir-se ao Gabinete do mesmo porque quando a GNR fosse chamada, diria que não tinha qualquer ligação com a situação e que mandaria os queixosos dirigir-se à CMS., estando assim a criar um problema e não a resolvê-lo. -----

-----Acrescentou que isto não seria solução e inclusivamente, se o Vereador estivesse a residir numa das ruas de estacionamento para residentes e transformasse essa zona numa zona mista, com certeza que não iria gostar. -----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que o Grupo Municipal do PSD considerara uma afronta à população da Freguesia de Santiago, nomeadamente aos residentes e que da parte do PSD, esta proposta não teria um voto favorável. Recomendou que o Vereador pensasse em não colocar em vigor este Regulamento porque não iria ser bem aceite. Disse ainda que iria informar a população que a maioria CDU na Câmara propusera esta alteração que nem sequer na bancada do Grupo Municipal da CDU acolhera um parecer favorável.-

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que a questão do estacionamento já era debatido há bastantes anos e disse que não fazia um balanço positivo da forma como o estacionamento estava atualmente porque a nível de caos continuava igual ao que sempre estivera com filas para entrar e sair da Vila. O imenso tempo de procura de lugar para estacionar também não mudara, tendo sido a única alteração o ganho financeiro dado à Câmara Municipal. -----

-----Disse que o Grupo Municipal do BE não votaria favoravelmente esta proposta e apelou a que fosse formado um grupo de trabalho não só de Técnicos da CMS mas também de Técnicos especializados para o estudo da melhor forma para a Vila vir a ser mais livre de trânsito. -----

-----Foi cedida a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Cruz** que disse ter ouvido comentários que não correspondiam à realidade porque ao olhar para a Assembleia, constataria que estavam presentes três residentes da Freguesia de Santiago, nomeadamente no seguimento da intervenção do Deputado João Rodrigues, questionando o mesmo se tinha conhecimento do que acontecia ao residente que chamasse a atenção de alguém que estacionasse num local de residente sem assim o ser, sendo óbvio que o automóvel não seria retirado e que o próprio residente ainda seria “ofendido dos pés à cabeça” e que a viatura manter-se-ia no local durante todo o dia. Esta era a realidade lamentável do que acontecia na Freguesia de Santiago, não sendo possível ultrapassar essa falta de civismo. -----

-----Outra situação que ocorria nesta freguesia era o facto de as pessoas possuírem cartão de residente acharem que o lugar à porta da sua casa fosse seu por natureza e quando outros residentes também com cartão estacionavam nesse lugar, ao irem sair com as suas viaturas, encontravam-nas com um pneu furado ou mesmo a viatura riscada porque o vizinho considerara que aquele lugar seria dele. --

-----A situação dos lugares de residentes, também por falta de fiscalização nesses locais, não era respeitada, nomeadamente por algumas pessoas não residentes, que por terem um familiar a residir nessa rua se achavam no direito de poder estacionar. -----

-----Disse que não seria possível alterar a estrutura geográfica desta Freguesia e que o certo é que era possível as pessoas deixarem os seus filhos na escola, ir às Finanças, o que não acontecia antes da

Ata nº31 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

realização deste ordenamento.-----

-----Era também recorrente, e o problema não passava pela CMS, o estacionamento desmedido pelo facto de as pessoas quererem trazer os automóveis para a praia sem ter quaisquer custos estacionando em cima de passeios e nas áreas para residentes.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Tiago Aragão** que cumprimentou todos os presentes e disse ser do conhecimento de todos que a solução para o estacionamento em Sesimbra não seria fácil mas que, no entanto, o Executivo CDU tinha previsto uma série de planos para resolução desse problema, tendo implementado muitos deles, sendo que neste momento existiam mais lugares de estacionamento do que alguma vez houvera. -----

-----Alguns projectos não tiveram a possibilidade de serem realizados por razões alheias à CMS, como o “Sesimbra Shells” que tinha previsto um grande número de estacionamentos podendo vir a resolver em grande parte a dificuldade relacionada com o acesso à praia. Estivera previsto e concessionado o Projeto na Vila Amália também com um grande número de estacionamentos acabando também por não ter sido realizado por razões alheias à CMS. Outros Projetos haviam sido realizados como o parqueamento junto ao Hotel & Spa sendo uma mais-valia para o Concelho bem como o estacionamento criado junto ao “MiniPreço”.-----

-----Disse que sempre fora bastante crítico relativamente à solução dos parqueamentos na Vila mas agora reconhecia que se antes vinha a Sesimbra e não tinha lugar para estacionar mesmo durante o Inverno, neste momento a situação era diferente pois tinha sempre onde estacionar mesmo tendo de fazer um pagamento para tal.-----

-----Para além da implementação dos parquímetros, a CMS tentara desde o início da sua vigência, atenuar algumas dificuldades que tivessem sido sentidas, nomeadamente o caso dos moradores de 2ª residência que não tinham a sua situação contemplada que viram a sua situação atenuada. Também os profissionais passaram a ter zonas específicas para estacionar. -----

-----Relativamente a esta alteração, era verdade que pudesse suscitar dúvidas e questões mas não se saberia ao certo qual seria o resultado apesar de ter várias virtudes. Os residentes não tinham lugar para estacionar por pouca fiscalização das forças de segurança e muitas das reclamações realizadas na CMS no ano passado foram nesse sentido. Nestes casos as viaturas acabavam por ser rebocadas, impedindo a circulação do trânsito. -----

-----Apesar das dificuldades que esta alteração pudesse acarretar, a verdade era que essas ruas que passariam a ser mistas teriam fiscalização, ainda que nem todas passassem a sê-lo, fazendo toda a

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

diferença porque os visitantes não estariam dispostos a pagar 2€ por hora para irem para a praia. Para os prevaricadores que não tirem ticket ser-lhes-á aplicada uma multa com o valor da diária. -----

-----Outro dos factores era também o facto de muitos dos residentes se encontrarem ausentes da Vila durante o Verão ficando as zonas exclusivas para residentes desocupadas. -----

-----O Deputado disse concordar com a medida proposta pelo Deputado João Rodrigues no sentido de eventualmente numa futura alteração, puderem ser libertos mais lugares no estacionamento exclusivo de estacionamento também para residentes de forma a atenuar a dificuldade destes encontrarem lugar para estacionar. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse ter estranhado a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago por ter argumentado que só estavam presentes três residentes, tendo também os não residentes capacidades para avaliar e discutir os assuntos tendo também a liberdade de poderem discutir os assuntos da Freguesia da qual não eram residentes. -----

-----Disse ainda que houve algumas contradições na sua intervenção quando disse que o residente tomava por garantido o seu lugar e vir residente de outra rua, estacionar a sua viatura e ficar com um pneu furado. Questionou se não haveria a convicção de que os espaços eram para todos eles e que se existia para residentes, mais haveria para os não residentes. -----

-----Disse também não ter compreendido a intervenção do Deputado Tiago Aragão quando este dissera que nem todas as zonas de residentes seriam zonas mistas. Sugeriu que se questionasse o Vereador sobre o número de estacionamentos para residentes actualmente e quantos haveria após esta alteração uma vez que todos os estacionamentos do centro da Vila passariam a zonas mistas. Disse que não iria ser bem aceite pois houvera alguma relutância aquando da implementação destes estacionamentos e passados três anos os lugares iriam ser retirados aos moradores. -----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse não ter referido anteriormente e disse ao Vereador Sérgio Marcelino que se estava a falar de uma segunda versão do Regulamento e aconselhou o mesmo a começar a preparar trabalho em termos trânsito e de estacionamento na Quinta do Conde, pois lá existiam muitos mais residentes Apelou que se reunisse com o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde para sentir os verdadeiros problemas de estacionamento e fez ainda referência aos gastos da CMS do asfaltamento e recuperação de passeios na Avenida de Negreiros, onde as pessoas estacionavam as suas viaturas, que futuramente estariam danificados, voltando a CMS a fazer novas obras.--Relativamente à intervenção do Deputado Tiago Aragão disse que não sabia se este teria algum irmão gémeo porque vendo quem estivera na reunião e a sua intervenção de hoje, seria caso para jurar

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que teria outro irmão uma vez que as intervenções foram bastantes distintas com a mudança de opinião após a referida reunião. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse que o silêncio da CMS o deixava preocupado e a Presidente da AMS explicou que este silêncio se devia à lista extensa de questões que os Deputados queriam colocar, estando assim o Executivo a aguardar para responder no final.-----

-----O Deputado disse que se o Presidente da CMS estivesse presente, teria intervindo no princípio sobre esta matéria que exigia uma explicação porque fora perceptível o que iria acontecer futuramente.

-----Questionou se os arquitetos e engenheiros da Autarquia, bem como todas as pessoas que andavam no terreno teriam sido ouvidos sobre esta solução. Disse que poderia abster-se na votação e perguntou se esta alteração iria resolver o problema ou criar ainda um maior do que o atual. Disse que a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago referira as formas de estar da população de Sesimbra mas que o próprio tivera muitas vezes de tirar vasos de flores da frente das portas das pessoas para poder estacionar o seu automóvel porque o lugar não era cativo. Este assunto teria de ser resolvido pela Autarquia. Disse que não houvera perceção da parte dos Vereadores daquilo em que se estariam a meter e que para a resolução de um problema, adotar-se-ia a solução contrária à lógica.-----

-----Disse que todos os Deputados haviam defendido isso na reunião das Comissões e que a proposta realizada pelos mesmos fora do adiamento da resolução para mais tarde para uma maior ponderação e apelou para que houvesse bom senso nesta matéria.-----

-----Disse que o Deputado Tiago Aragão afirmara que os residentes iam de férias durante o Verão mas que nestes meses, a população da Vila quintuplicava, nunca sendo possível dizer que os turistas seriam compensados pelos residentes que iam de férias. Disse que enquanto Vereador nunca conseguira ter coragem para propor fechar a circulação de trânsito no núcleo antigo da Vila mas que seria simples se existissem parques periféricos e meios para transportar as pessoas para o centro da Vila.-----

-----Disse que se tratava de assuntos sérios com os quais se teria de lidar com cautela e com a adoção das melhores soluções.-----

-----Interveio o **Deputado Nuno Nabais** que disse ser nascido e residente na Vila de Sesimbra mas que não possuía cartão de residente e que se encontrava fora do “sombreado” inicial da “EMPARK”. Disse que também conduzia com cartão de residente com a viatura do seu pai e que se apercebia diariamente das situações relacionadas com os vasos, os pneus furados, o querer o carro à porta e da dificuldade em conciliar as situações quando eram discutidas. Era muito complicado haver um exercício de pedagogia mesmo sendo essa a função de todos como uma questão de ética e sentido de se estar na Assembleia

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pelos munícipes e que seria através da diferença de opinião de cada um, de forma construtiva, que se poderia obter alguns resultados uma vez que todos estavam a remar no mesmo sentido de forma a ter o melhor para o Concelho em termos da gestão do estacionamento em Sesimbra. -----

-----Com as particularidades da Vila seria complicado arranjar uma solução e seria necessário ver esta situação de uma perspetiva solidária com o Executivo que era o facto de haver poucos lugares de estacionamento para residentes e essas ruas passarem a zonas de estacionamento misto que seriam cerca de 98 a 104 lugares. Solicitou ao Vereador que contabilizasse o número de cartões de residentes para se perceber se estaria a ser criado um problema ou não. Disse ser compreensível em termos de gestão e fiscalização da “EMPARK” que houvesse a necessidade da existência de zonas de estacionamento misto e que a questão seria como encontrar a solução para esta situação. -----

-----A **Presidente da AMS** sugeriu que perante as diversas questões colocadas pelas diversas bancadas, se fizesse uma pausa de 5 minutos após a intervenção do Vereador para uma discussão de acertos metodológicos relativamente a esta proposta. -----

-----Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que relativamente à intervenção do Grupo Municipal do BE disse que de forma alguma a conseguira partilhar e compreender quando existiam estudos que comprovavam que a forma como o estacionamento estava a funcionar atualmente tinha facilitado a acessibilidade a Sesimbra com maior disponibilidade de lugares para os visitantes. -----

-----Disse não ter percebido a intervenção do Deputado Manuel José Pereira e que entendera que estava a ser passado um atestado de incompetência aos Vereadores do PS com a aprovação dos estacionamentos e que se o tinham feito, fora com análise nos documentos existentes. -----

-----Independentemente do que acontecera na reunião de Comissão e das explicações dadas, era perceptível por quem frequentava a Vila que existia uma dificuldade efectiva de fiscalização das zonas de residentes e que ao longo destes três anos de implementação de estacionamento tarifado na Vila, eram constantemente ocupados por pessoas que mesmo sabendo que ali não se poderia estacionar, continuavam a fazê-lo e que a única forma de o evitar seria chamando a GNR. Atualmente os lugares para residentes não eram ocupados preferencialmente só por residentes mas por quem chegasse primeiro. A criação de zonas mistas era realizada no sentido de encontrar alternativas que beneficiassem os residentes. Considerou que Sesimbra fora mais longe em nem sequer ter criado cartões para 2ª Habitação, se bem que não concordasse com tal e que muitas vilas e cidades pagavam estacionamento independentemente de serem residentes, profissionais ou 2ª habitação. Houve a tentativa de resolver a questão do estacionamento para os residentes bem como para os profissionais, indo ainda mais longe

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

com a criação de estacionamentos não pagos para 2ª habitação. -----

-----Disse que concordava com o facto de serem criadas mais zonas mistas e que se tratava de uma tentativa de controlo das zonas de residentes não fossem ocupadas indevidamente por pessoas que não pagavam absolutamente nada, o que acontecia em todas as localidades com estacionamento pago.-----

-----A criação de zonas mistas seria o 1º passo e tinha a capacidade de facilitar a vida aos residentes, ao contrário do que tinha sido dito nesta Assembleia. -----

-----Disse que talvez pudessem ter sido evitadas algumas discussões se o Vereador tivesse falado antes de ter sido dada a palavra às dúvidas e interrogações dos Deputados e que o Vereador tinha tido o cuidado de preparar um estudo que ajudasse a clarificar esta situação. Na perspetiva de toda a Câmara que aprovara por unanimidade este Regulamento, a intenção seria criar mais facilidade ao estacionamento.-----

-----O **Vereador Sérgio Marcelino** disse que o estudo referido pela Vice-Presidente da CMS era o caderno de encargos sujeito a concurso em 2013, sendo público. Disse não ter levado estes elementos para a reunião da Comissão por ter considerado que muitas das aprovações fossem do conhecimento dos Deputados.-----

-----Disse que esta aprovação se devia à alteração de 4 Artigos do anterior Regulamento e que num desses Artigos tinham sido criadas as zonas mistas, noutro Artigo tinham sido definidas as formas de pagamento e noutro tinham sido realizadas algumas alterações de texto. -----

-----Disse que a “EMPARK” não tinha nem poderia fazer o que quer que fosse fora das zonas tarifadas e que se o fizesse estaria a cometer uma ilegalidade. As empresas concessionárias de estacionamento nem sequer podem passar multas, limitando-se apenas a deixar um aviso a cobrar o pagamento de uma respetiva tarifa de estacionamento daquele local. Disse que fora derivado a essa situação, que no ano passado, a Câmara tentara juntar a “EMPARK” e as forças da GNR para uma maior vigilância de onde surgiram os célebres bloqueadores fornecidos pela CMS que tiveram o efeito repressivo, contrariamente ao pretendido pela Autarquia, pois eram para ser aplicados nos locais onde as viaturas somente estavam a impedir a circulação mas começaram a ser utilizados em situações sem qualquer sentido como em viaturas sem cartão tendo sido a intenção das forças da GNR completamente distinta daquela que a CMS pretendia. -----

-----Referiu que a origem da alteração deste Projeto para zonas mistas, vinha da ambição dos munícipes e disse que havia feito muitos atendimentos, tal como o Presidente da Câmara e que eram questionados se não haveria uma solução para o facto de não terem lugar para as viaturas, tendo de as

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estacionar em zonas tarifadas. As forças da GNR só procediam ao reboque das viaturas se estas estivessem a impedir a circulação e nem a pedido da CMS o faziam. O indivíduo prevaricador só receciona o aviso para pagamento das multas passados dois ou três meses, havendo até automobilistas a receber várias multas, sendo esta a situação atual e que seria vivida este Verão se o Regulamento não fosse alterado.-----

-----Disse ter referido na reunião que o processo do trânsito e estacionamento era dinâmico e que poderia ser melhorado e voltar atrás nas decisões dando razão às críticas. Pede uma oportunidade de experimentação para ver se resultaria. Ao dizerem que com a implementação deste sistema deixaria de haver estacionamentos para moradores, era verdade que neste momento esses lugares já não existiam e que passariam a ter pois as zonas mistas iriam ser pagas de acordo com o horário proposto no mapa que ainda iria ser alvo de deliberação da Câmara. Teria de haver aprovação do mapa, dos horários e das zonas e acerca da questão do Deputado Manuel José Pereira sobre o envolvimento dos Técnicos da Autarquia, disse que estes mapas tinham sido realizados pelo Departamento do Urbanismo bem como o Gabinete Jurídico e Serviço do Trânsito pois os técnicos também ouviam reclamações dos munícipes.-----

-----Salientou que este estacionamento seria limitado, pois o estacionamento não seria permitido o dia todo mas que os horários iriam ser estabelecidos até uma certa hora. Este sistema teia a vantagem de a partir da sua implementação, para além do encaixe financeiro da “EMPARK”, começar a haver uma vigilância do espaço com a verificação de cartões e compra de bilhete.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Nuno Nabais sobre o número de estacionamentos para residentes, era correspondente a 348 no ano de 2013 e certamente que atualmente seriam os mesmos. Os mapas das zonas mistas foram realizados pelo Presidente da CMS, pelo próprio Vereador em conjunto com os Técnicos da CMS, o Engenheiro Ricardo Neto e Arquiteta Isabel Marquês, sendo uma proposta que seria alvo de estudo. A “EMPARK” iria ainda ser abordada em termos do ponto de vista técnico para estipular a localização dos parquímetros e era intenção da Autarquia, antes desta implementação, falar com os munícipes que sempre contactaram a CMS para que resolvesse este problema.-----

-----A **Presidente da AMS** questionou os Líderes de Bancada se entendiam oportuna uma dispensa dos trabalhos durante cinco minutos para uma eventual conversação e acerto de alguma estratégia relativamente a este documento. Os Líderes não acharam necessário pelo que a Presidente deu continuidade aos trabalhos.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que esta alteração ao Regulamento

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

só faria sentido com as medidas adicionais que estavam a ser apresentadas. Aquando da aprovação da alteração de um Regulamento pela Assembleia Municipal, teriam de estar subjacentes os resultados dessa mesma alteração. Se passassem a zona mista apenas 20 lugares, não haveria oposição mas neste caso seriam todas as zonas de residentes pelo que teriam de ser analisadas todas as consequências dessa alteração que estavam no mapa apresentado.-----

-----Disse que o Grupo Municipal do MSU votaria em função desse mapa.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que a intervenção do Vereador Sérgio Marcelino havia sido esclarecedora em vários aspetos e que reconhecia que se tinha excedido ao afirmar que os Vereadores não tinham perceção alguma da situação. O Deputado pediu desculpas pela força de expressão utilizada.-----

-----O **Deputado Nuno Nabais** disse que se iria votar a alteração do Regulamento e questionou se a questão do mapa seria uma *à posteriori*.-----

-----A **Presidente da AMS** respondeu afirmativamente.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Tiago Aragão** que disse que a Comissão cumpria com os seus propósitos, que passavam pela análise dos assuntos, debate das ideias, expressar as suas dúvidas e poder esclarecê-las. Disse que faltara um documento que poderia ter contribuído para uma melhor perceção da aplicação prática do Regulamento, tendo este mapa sido ainda assim bastante esclarecedor das dúvidas.

-----Disse que os receios apresentados na reunião tinham sido os mesmos de hoje e que certamente seriam os receios que todos continuavam a ter que estavam relacionados com o facto de a medida não vir a ser suficientemente dissuasora e que prejudicasse os residentes no sentido de verem os seus lugares a continuar a ser ocupados mesmo com a aplicação do pagamento.-----

-----Após ter visto os mapas, tivera uma melhor percepção daquilo que o Vereador queria dizer ao afirmar que os moradores podiam estacionar em todos os locais pois as únicas zonas assinaladas com a inibição de estacionamento para os residentes sem pagar eram as que tinham estacionamentos delimitados. No entanto, todas as outras zonas permitiam o estacionamento de residentes. Disse que existia uma preocupação da delimitação das várias cores para prevenção das situações que forem feitas de acordo com as reclamações que viessem a ser efectuadas. Acrescentou que ficara salvaguardado que os residentes poderiam tomar posse dos estacionamentos nas zonas não exclusivas a partir das 19 horas.

-----Disse ter tido receio que todas as zonas exclusivas deixassem de o ser mas que ainda existiam artérias com menos movimento principalmente nas zonas circundantes que não deixaram de o ser.-----

-----A ter conhecimento do mapa, percebera que as alterações eram uma proposta razoável que ia de

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

encontro a todas as situações. Salientou ainda que não existiam soluções perfeitas mas que esta lhe parecera a melhor possível na realidade atual.-----

-----A **Presidente da AMS** disse que esta situação já tinha sido debatida e que acreditava haver posicionamentos claros relativamente a estas matérias. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que criticou o facto do Deputado Tiago Aragão ter repetido toda a intervenção realizada pelo Vereador quando a Presidente pedira que houvesse contenção nas intervenções no início da Sessão. O PSD cumprira com a palavra sem ter intervindo quando o deveria ter feito e que depois se ouvira repetições das palavras do Vereador. -----

-----A Presidente da AMS disse que o que estava em causa era o esclarecimento da Câmara relativamente a este assunto.-----

-----Foi cedida a palavra ao Vereador Sérgio Marcelino que disse que hoje seria votada a autorização para a Câmara poder criar zonas mistas que por sua vez poderia entender criá-las só num determinado ponto ou até mesmo não proceder à sua criação. Salientou que não iriam ser votados mapas nem preços.

-----Interveio a Presidente da AMS e disse que seria necessário compreender que a postura se retratava exclusivamente na alteração mas que o título deste ponto era **“Regulamento municipal de trânsito do município – projecto – 2.ª alteração – resultado da consulta pública”**. Disse que o mapa enviado, bem como as questões relacionadas com as tarifas, não estavam incluídos na deliberação da Assembleia.-----

-----Após votação, a proposta foi aprovada por **maioria**, com 13 votos a favor da CDU, 5 abstenções do PS e 4 votos contra (2 do MSU, 1 do PSD/CDS-PP e 1 do BE). -----

-----O **Deputado José Guerra**, do Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

-----*“A proposta de alteração ao Regime de Estacionamento nas zonas dedicadas a residentes, na Vila de Sesimbra, prolonga as contradições do modelo em vigor e não resolve os problemas de fundo de regulação de trânsito. Na realidade, a verdadeira solução dos citados problemas deverá passar pela construção de parques de estacionamento dissuasores fora da Vila de Sesimbra para que fosse possível retirar a circulação automóvel da mesma que não residentes. Tudo isto acompanhado de um sistema de transporte público de frequência disponível para todos os interessados. Por estes motivos, voto contra a proposta de alteração apresentada.”* -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira**, do Grupo Municipal do PS prestou a seguinte **Declaração de Voto:** -- -----

-----*“A Declaração de Voto do PS tem a ver com o facto de, não termos ainda assim, depois de todas*

Ata nº31 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*as explicações dadas e de se tratar em exclusivo de prever a possibilidade de o Regulamento atender a sugestão da criação das zonas mistas, e não podemos deixar de manter algumas dúvidas sobre se será essa a melhor solução para resolver um problema que é difícil, grave e que do nosso ponto de vista devia ser objeto como dissemos há 2 ou 3 anos quando foi criado este Regulamento e o estudo mandado fazer a Técnicos especialistas desta matéria porque de facto, estamos perante um problema difícil dada a orografia e a capacidade da Vila e as pessoas que cá residem e que nós não queremos que sejam cada vez menos como tem acontecido e pelo contrário queremos que sejam mais, levando a que haja dúvidas que são perfeitamente razoáveis e conduz também, no caso presente, a que a CMS no próximo passo a dar, se reúna de um grande coeficiente de ponderação naquilo que devem ser as soluções, já tendo dito que iria ouvir o maior número possível de pessoas em relação a este assunto. A postura do Partido Socialista nesta matéria é uma vez mais de responsabilidade face à necessidade de enfrentar este problema que tem de passar pelo estudo de Ordenamento de todo o trânsito, toda a circulação e dos lugares de estacionamento. A utilização do sistema de estacionamento na Vila foi importante e continua a ser para nós o melhor sistema. Agora é preciso complementar com tudo o que é necessário fazer. Provavelmente teria de se avançar com um sistema idêntico na Quinta do Conde e eventualmente noutras áreas do Concelho.”*-----

-----O **Deputado João Rodrigues**, do Grupo Municipal do MSU apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -- -----

-----“Ao aprovar uma alteração sem ter em conta a sua implicação direta no estacionamento, não estamos seguros que aquilo que está a ser votado dê garantias daquilo que é o objectivo da sua alteração” -----

-----O **Deputado Nuno Nabais**, do Grupo Municipal da CDU, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -- -----

-----“A Declaração de Voto da CDU tem que ver essencialmente com a questão da futura criação nas zonas de estacionamento misto garantirem um número de lugares de estacionamento nunca inferior àquele que já existe no presente nos espaços de estacionamento para residentes”. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva**, do Grupo Municipal da CDU, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -- -----

-----“A nossa Declaração de Voto vai no sentido da minha intervenção visando que esta segunda alteração em nada vai ao interesse das populações, nomeadamente à população desta Freguesia e nem visa qualquer paz social.” -----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente da AMS deu início ao ponto seguinte: "**Fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Sesimbra, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 – abertura de procedimento – concurso público**"-----

-----Referiu que esta matéria estivera integrada nas Comissões 2 e 5, reunidas no dia 23 de junho, com a presença do Vereador Sérgio Marcelino. A Presidente deu a palavra ao Deputado Pedro Mesquita para prestar algum esclarecimento ou ponto de situação sobre esta matéria.-----

-----O **Deputado Pedro Mesquita** disse que este ponto tinha sido presente na última reunião da Comissão 5 e que fora de alguma forma, dentro do possível e segundo a informação disponibilizada pelo Vereador, dada a conhecer à respetiva Comissão.-----

-----A **Presidente da AMS** perguntou se algum dos Deputados queria colocar questões sobre esta matéria.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que a apresentação que iria fazer em PowerPoint passava um pouco por cultura geral. Explicou que todos estavam a pagar a fatura de energia, não só a CMS mas qualquer cada um dos municípios. Deu o exemplo dos preços da electricidade que apareciam na fatura e disse que 43% do valor da fatura era o que se pagava da energia, 31% eram os custos de interesse económico geral, correspondiam às rendas pagas aos municípios e que todos os consumidores, incluindo a própria CMS, pagavam a renda que ela própria iria receber.-----

-----Disse que havia ainda o sub-custo de produção em regime especial e que eram as faturas que pagavam as energias renováveis. Mencionou ainda os custos da rede que correspondiam aos transportes.

-----Resumiu que nas faturas estava tudo o que era produção de energia, distribuição e harmonização.-----

-----Disse que a definição dos valores dos custos era da responsabilidade do Governo mas que a ERSE (Entidade Reguladora dos Sistemas Energéticos) tinha também autonomia para influenciar os custos da produção e que os valores apresentados eram muito elevados.-----

-----Referiu que as rendas eram uma compensação que a partir de 2007, aquando da liberalização do mercado em Portugal, para compensar a EDP das perdas que potencialmente iria ter, o Governo Português ficou de pagar 800 milhões anuais até 2027. Disse que os custos do ajustamento iriam terminar em 2022 e correspondiam a uma opção do Governo que optaram por não aumentar o preço da energia associado à produção e em compensação era dado este valor ao produtor, ou seja, os consumidores pagariam este montante na fatura. O valor que o Governo terá de liquidar até 2022 é de 5.000 milhões de euros. Outro imposto da fatura são as taxas de audiovisual, que todos os consumidores

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pagavam e que a CMS pagava 29.000 € por ano. Mencionou o imposto especial de consumo, criado pelo anterior Governo e ainda a Taxa de Exploração da Direção Geral de Energias que correspondia a 6.000 € anuais para manter a Direção Geral de Energia e Geologia a funcionar pois se não fosse assim não teriam fundos para se manter.-----

-----O Vereador apresentou ainda um gráfico com a evolução dos custos e disse que estes valores tinham sido aprovados pelo Governo de Santana Lopes e implementados pelos Governos de José Sócrates. Disse que houvera sempre uma evolução mas que no ano de 2009 houvera um decréscimo, por ser ano de eleições. Referiu que entre o ano de 2000 e 2013, os valores da energia tinham aumentado 70%. --- -----

-----Resumindo a estrutura das tarifas, disse que a fatura tinha custos de produção, custos de transporte, custos de distribuição e um outro valor negociável, que era a repartição em termos de funções no processo de distribuição de energia.-----

-----Disse que a necessidade da implementação deste concurso se pretendia com a intenção da CMS passar para o mercado liberalizado.-----

-----De seguida, O Vereador apresentou os custos de energia eléctrica e os que haviam sido pagos em 2015: -- -----

----- *Iluminação Pública* 976.163,79 € - 43% -----

----- *Média Tensão* 515.681,96 € - 60% -----

----- *Baixa Tensão Especial* 338.706,69 € - 50% -----

----- *Baixa Tensão Normal* 211.937,03 € - 43% -----

-----Disse que no ano de 2015 tinham sido pagos mais de 2 milhões de euros e que a CMS recebera de renda da rede 976,889 €. -----

-----Referiu que o investimento da EDP no Município em 2014 fora de 520.000 € e que se prendia com os pedidos feitos pela CMS e exemplificou com a requalificação e pavimentação em duas ruas e que era intenção passar toda a rede aérea para subterrânea, sendo o investimento feito pela EDP, não tendo a Autarquia de pagar valor algum. Disse que este investimento estava contemplado no contrato de concessão e o seu cumprimento era obrigatório por parte da EDP sendo necessário o pedido por parte da Câmara Municipal.-----

-----Disse que actualmente, o valor da dívida para com a EDP era de 0 € e que o valor negociável previsto para concurso seria de 1.001.642,25€. Tudo o resto seriam valores fixos determinados pelo Governo e pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.-----

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que o preço base para o concurso seria de 5 milhões de euros.-----

-----O Vereador salientou ainda o aumento do valor de custo do consumo de iluminação pública e que em 2009, a CMS implementara uma série de medidas de eficiência energética ao desligar algumas lâmpadas, tendo recebido muitas reclamações nomeadamente na Lagoa de Albufeira com a utilização alternada das luminárias, tendo a Autarquia concluído que não seria uma situação prática em termos de manutenção.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse que na reunião de dia 23 tinha sido tomado conhecimento que o concurso seria por preço/ kWh e que o novo contrato a ser realizado garantisse informação à Autarquia que o atual não garantia, permitindo que futuras opções de poupança e eficiência ficassem mais documentadas num novo contrato. Desejou ainda que houvesse muitos concorrentes e que os preços fossem acessíveis.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que a apresentação realizada pelo Vereador demonstrara que estava a ser autorizado um concurso que assentava num pedido de propostas para fixação de um preço para os três anos.-----

-----Disse que aquando do pedido da fixação de um preço para 3 anos, por parte de uma Entidade, esse preço era fornecido por Entidades conhecedoras do mercado que sabiam como o fixar. Disse não ver Técnicos na Câmara com informação suficiente para dizer se o preço apresentado seria bom ou mau. Esse preço não é o preço praticado atualmente mas o preço aplicado pela Entidade de forma a não perder dinheiro ou até mesmo ganhar para os três anos.-----

-----Ao ser aprovado, poderá estar a colocar-se na mão do Executivo o risco de cometer um erro aprovado pela AMS, ficando a CMS a pagar mais durante os três anos do que se pagasse ao preço de mercado. Não se poderá estar à espera que as Entidades ofereçam um preço que as leve a perder dinheiro.-----

-----Disse que se a proposta apresentada fosse uma redução de 10% sobre o preço de mercado nos três anos, seria outra realidade, em que a exposição e o risco da Câmara seriam zero.-----

-----Apelou para que fosse feita uma reflexão sobre o assunto e que se votasse favoravelmente o fornecimento de energia com a fixação de um desconto para os três anos.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que disse que depois da visualização dos dados apresentados pelo Vereador Sérgio Marcelino, esse risco seria mínimo ou inexistente, pois havia o exemplo do aumento de 70% entre o ano de 2010 e 2013 e que talvez daqui a 3 anos se diga que o voto favorável havia sido uma boa decisão. O risco tanto pode ser para a Autarquia como para a Entidade

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ganhadora do concurso.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que com a realização deste contrato por três anos, a CMS ficaria exposta mas que estas eram as regras do mercado. Disse que a Câmara fizera este estudo e respetivos cálculos de risco mas que, tendo em consideração a exposição do Vereador em termos de custos da electricidade ao longo destes anos, tudo indicava que a tendência seria para um aumento do valor da eletricidade e que se houver uma fixação para um período de mais três anos, seria uma mais-valia. Disse que se deveria avançar para um contrato conforme o apresentado.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse não estar a pedir à Entidade fornecedora que mantivesse o preço mas sim que indicasse o custo para os três anos. -----

-----Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que este concurso era semelhante a um já realizado no passado relacionado com as telecomunicações e ao qual se suscitaram dúvidas idênticas.---

-----Explicou que neste concurso, para além de a Autarquia ter fixado um valor de kW/hora relativamente às instalações durante um período de três anos, ter-se-ia a vantagem de saber com quem contar e que ao implementar-se as medidas de eficiência energética também se saberia qual o valor da poupança. Disse que o risco seria igualmente para a CMS como para a Entidade fornecedora. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que na reunião da Comissão houvera a oportunidade do Vereador explicar a situação bem como os elementos apresentados na Sessão. -----

-----Submetido a votação, foi deliberado por **maioria**, com 20 votos a favor (13 CDU + 5 PS + 1 PSD/CDS-PP + 1 BE) e 2 votos contra do MSU, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a abertura de procedimento de Concurso Público para o Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações do Município de Sesimbra.-----

-----O Grupo Municipal do MSU apresentou **Declaração de Voto** (a Declaração de Voto não foi entregue nos serviços).-----

-----A Presidente da AMS deu início ao Ponto seguinte: **“Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Sesimbra - Celebração de contrato de contratualização entre o Município de Sesimbra e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional”**.-----

-----Referiu que se tratara de uma situação colocada pelo Presidente da CMS perante dúvidas que haviam surgido e também perante algumas defesas de base por parte do Gabinete Jurídico, que entendera que o contrato que a Autarquia deveria celebrar referente a este processo estava num dos artigos referenciados à competência da Câmara por ser uma Unidade de Gestão, justificando que esta competição fosse desenvolvida na receção de candidaturas das unidades privadas sobre esta matéria.---

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que este assunto fora presente a uma reunião onde haviam estado presentes não só o Vereador Sérgio Marcelino mas também a Dra. Andreia Oliveira do Gabinete Jurídico e o Dr. Luis Ferreira, do Gabinete das Candidaturas, ambos Técnicos da Autarquia. Sobre este assunto fora entendido que este assunto merecera esta apreciação ao nível da Comissão, feita com explicações e uma apresentação. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Coordenador da Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território (Comissão 2), Nuno Nabais**, que lembrou que na reunião da Comissão tinha sido feito um enquadramento referente a esta questão por parte do Vereador Sérgio Marcelino e dos Técnicos da Câmara. Referiu a sua urgência, uma vez que se tratava de um Plano no âmbito do Programa 2020, sendo vital que este processo estivesse instruído e que não houvesse falhas. Disse que a questão colocada na reunião fora fundamentalmente no âmbito jurídico, associada à cláusula 4ª e respetivo enquadramento e que suscitara dúvidas se o Executivo poderia aprovar a minuta do contrato sem prévia autorização do órgão deliberativo para celebração de um contrato que tinha como objeto de delegação de competências da autoridade de gestão na Câmara Municipal. Disse que na reunião da Comissão ficara patente que seria desejável que esta questão viesse à Assembleia Municipal e fosse invocado o carácter de urgência para que esta situação fosse favoravelmente deliberada. -----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues** que disse que o pressuposto daquilo que fora transmitido na reunião da comissão tinha sido de que haveria uma aprovação ou então não existiriam condições de concorrer a estes fundos. O voto do MSU será favorável. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que a CMS se iria candidatar a estes fundos para a execução de obras necessárias para o Concelho. Apelou a que a AMS fosse sendo informada relativamente a estas candidaturas. Lamentou que a maior freguesia do Concelho em termos populacionais só tivesse três Projetos e perguntou ao Vereador a Junta de Freguesia da Quinta do Conde tinha sido ouvida para esta candidatura e se não haveria mais Projetos a necessitar de ser implementados nesta candidatura. Referiu que num processo de 4.900.000 € em que a esta freguesia ficaria apenas com 0,07% desse valor, ou seja, 340.000 €, seria inadmissível a colocação de placares na via pública a dizer que a CMS “olhava” para a Quinta do Conde. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que existia uma verba para assistência técnica pois era bem possível que fosse necessária esta assistência técnica complementar àquela que os serviços municipais poderiam disponibilizar, tendo sido dito pelo Técnico que o previsto era essa valência ser eventualmente disponibilizada pela equipa de auditoria externa do processo de qualidade. Disse que havia deixado na reunião de Comissão a sua dúvida sobre essa capacidade e reiterou

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que eventualmente não fosse suficiente embora lhe parecesse que o que estava em causa (9 milhões de euros para 18 municípios da AML) e atendendo à população, cerca de 100.000€ ou 200.000€, provavelmente não valeria a pena a existência de conflitos por isso. Seria esse valor que poderia “deitar a mão” aos bairros de habitação social da Quinta do Conde.-----

-----Para terminar, disse que se neste momento não havia muito para fazer na Freguesia da Quinta do Conde, significava que Câmaras anteriores o teriam já feito.-----

-----Interveio a **Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra** que disse que o que estava a ser aprovado não eram as candidaturas no âmbito do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) mas a delegação de competências na Autarquia. Disse que o dinheiro que disponível ao nível do instrumento financeiro para a Área Metropolitana de Lisboa era tão pouco que não sabia se surgiriam algumas candidaturas no Município de Sesimbra.-----

-----Para responder ao Deputado Lobo da Silva, lembrou que a CMS não fazia candidaturas onde lhe apetecia mas sim nas zonas onde houvesse possibilidade de eleger áreas de intervenção e que no caso da Quinta do Conde não tinha sido possível definir uma ARU (Área de Reabilitação Urbanística), ao contrário do que acontecera em Sesimbra, pelas suas características urbanísticas e segundo a Legislação.-----

-----É essa definição de ARU que permite a existência de candidaturas no âmbito do PEDU para a vila de Santiago que não é possível candidatar na Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----A CMS tem conhecimento de que é necessário a construção de um Pólo de Leitura e um Centro Cultural, entre outros na Quinta do Conde mas o PEDU não o permitia e que essa havia sido a razão de os Projetos terem sido definidos de acordo com as áreas elegíveis e de acordo com as necessidades de cada freguesia.-----

-----Relativamente ao Pacto Territorial, disse que estava definido um investimento para todo o território em cerca de 6 milhões de euros e que deste valor, 2,5 milhões eram da parte da Autarquia, em que a maior parte desta verba iria para a freguesia da Quinta do Conde, nomeadamente para a construção de uma escola, uma vez que uma das áreas neste âmbito era o combate ao abandono e ao insucesso escolar. Disse que assim que houvesse oportunidade, seria feita a recuperação do Pólo de Leitura. -----

-----Referiu ainda um conjunto de ações mais imateriais relacionadas com medidas para o apoio da população mais desfavorecida para combate ao abandono e insucesso escolar, para fomentar a cultura e as artes, com a incrementação da “Orquestra Geração”.-----

-----Referiu que já tinham sido definidos Projetos no âmbito social, educativo e até no da

Ata nº31 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

requalificação ao nível de algumas áreas mais sociais. Disse que as afirmações do Deputado Lobo da Silva relativamente aos valores investidos na Quinta do Conde tinham sido altamente demagógicas, pois ao nível de todo o investimento que a CMS se preparava para fazer em todo o Concelho de Sesimbra, a Freguesia da Quinta do Conde seria a que levaria a maior parte do investimento. -----

-----Disse que existia uma linha de crédito de financiamento possível negociada para a construção de uma creche mas que a CMS não iria avançar para esta construção. Referiu que uma das negociações no âmbito da AML, caso não existissem candidaturas para esta construção, seria desviar a verba negociada para o Concelho de Sesimbra e afetá-la à construção do Lar da Cercizimbra na Quinta do Conde.-----

-----De forma a tranquilizar todos os que estavam preocupados com a Freguesia da Quinta do Conde, incluindo a CMS, salientou que esta Freguesia teria o seu investimento e que não seria descurada, como nunca o fora, por este Executivo. -----

-----Submetido a votação, foi deliberado, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a Celebração do Contrato de Contratualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, entre o Município de Sesimbra e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional na parte em que concretiza a Delegação de Competências da Autoridade de Gestão na Câmara Municipal. -

-----Foi dispensada a leitura da ata em minuta, da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião era duas horas e cinco minutos do dia 29 de junho de 2016. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.